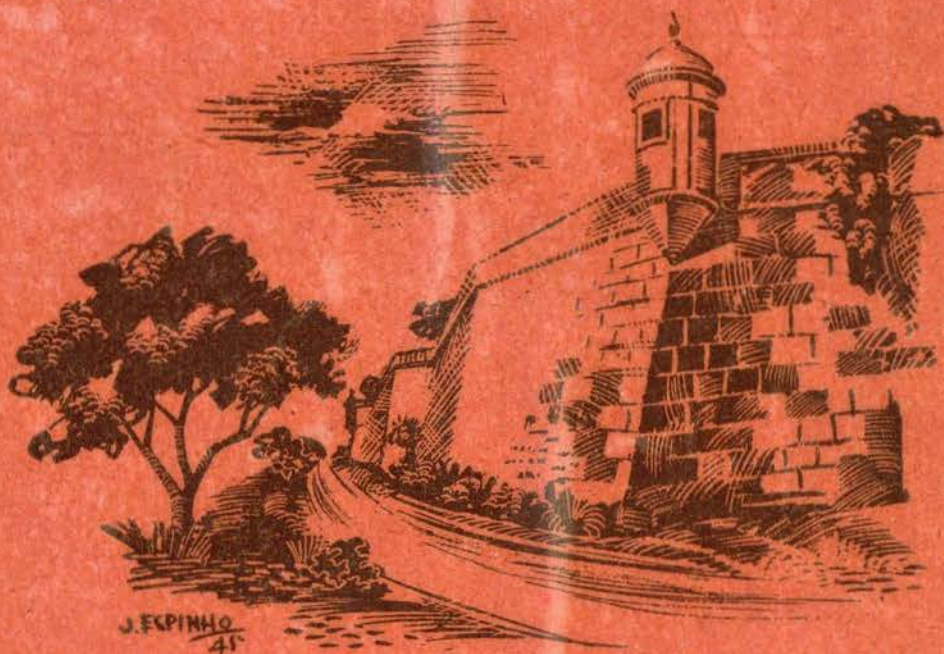


OLISIPO

BOLETIM
TRIMESTRAL

do

GRUPO "AMIGOS DE LISBOA"



ANO XIX - N.º 75

JULHO - 1956

Companhia Nacional de Navegação

A MAIS ANTIGA E MAIOR
EMPRESA ARMADORA PORTUGUESA
DAS CARREIRAS DE ÁFRICA

Sede
Rua do Comércio, 85
LISBOA

Sucursal
Rua Infante D. Henrique, 73
PORTO

*Serviço rápido de passageiros para a África Ocidental e África Oriental,
Brasil e América do Norte*

FROTA DA C. N. N.

«Moçambique» ... 13.220 Ton.	«Índia» 11.400 Ton.	«S. Thomé» 12.850 Ton.
«Angola» 18.250 »	«Timor» 11.400 »	«Nacala» 5.130 »
«Quanza» 11.550 »	«Save» 2.680 »	«Tagus» 2.320 »
«Luabo» 3.030 »	«Sofala» 18.520 »	«Agachote» 1.950 »
«Zambézia» 3.538 »	«Moçamedes» 12.990 »	<i>Em construção</i>
«Lúrio» 3.538 »	«Rovuma» 12.990 »	«Niassa» 10.000 Ton. D. W.

AGÊNCIAS EM TODOS OS PORTOS AFRICANOS
E NOS PRINCIPAIS PORTOS DO MUNDO

Acenda um fósforo e... pronto!

o GAZCIDLA responde-lhe imediatamente, fornecendo-lhe uma chama sempre igual e de grande intensidade calorífica. O GAZCIDLA, pelas suas invulgares características, é o melhor dos combustíveis para usos domésticos. O melhor, o mais rápido, o mais eficiente e o mais económico dos combustíveis.



GAZCIDLA

VENDAS A PRONTO E A PRESTAÇÕES DE CALORÍFEROS, FOGÕES
ESQUENTADORES, ETC. • EM TODAS AS AGÊNCIAS DO PAÍS

CASA DOS PNEUS

PNEUMÁTICOS E CÂMARAS D'AR
PARA AUTOMÓVEL E CAMION
ACESSÓRIOS DE AUTOMÓVEIS
RECAUCHUTAGEM · RECHAPAGEM

IMPORTANTE SECÇÃO DE
ARTIGOS DE BORRACHA
ALMOFADAS E COLCHÕES
EM ESPUMA DE BORRACHA

126, RUA DA PRATA, 132

Telef. 2 16 45

Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa

S. A. R. L.

Capital realizado Esc. 200.000.000\$00

Reservas Esc. 96.000.000.\$00

RUA DO COMÉRCIO, 95 A 119

LISBOA

Filiais - Porto, Coimbra, Braga, Covilhã, Faro, Guimarães e Ponta Delgada.

Agências - Abrantes, Alferrarede, Anadia, Castelo Branco, Espinho, Estoril, Figueiró dos Vinhos, Gouveia, Guarda, Leiria, Mangualde, Montemor-o-Novo, Montijo, Moura, Olhão, São João da Madeira, Santarém, Torres Novas, Torres Vedras, Tortozendo e Vila Franca de Xira.

Dependências urbanas:

LISBOA - Alcântara, Almirante Reis, Belém, Benfica, Camões, Campolide, Conde Barão, Graça, Poço do Bispo, Praça do Brasil, Praça do Chile, Praça Duque Saldanha e Praça de Londres.

PORTO - Carvalhido, Costa Cabral e Matosinhos.

TODAS AS OPERAÇÕES BANCÁRIAS

OFICINAS
GRÁFICAS

Ramos, Afonso & Moita

L I M I T A D A

Composição manual e mecânica. Impressão rápida. Encadernação
Livros, Revistas, Magazines, Impressos comerciais e burocráticos
Livraria. Papelaria

R. Voz do Operário, 8 a 16

LISBOA

S. Vicente de Fora



SANTA CASA
DA
MISERICÓRDIA DE LISBOA



L O T A R I A
E X T R A C Ç Õ E S
S E M A N A I S

PRÉMIOS MAIORES

1 0 0 0 C O N T O S

1 0 0 C O N T O S

5 0 C O N T O S

Os lucros líquidos revertem para a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e demais instituições de assistência pública, nos termos da legislação em vigor

OURO, PRATA E JOIAS

BARATISSIMAS

Grande sortido de objectos de ouro em 2.^a mão só pelo peso

VENDE

a Antiga Ourivesaria

MIGUEL A. FRAGA, L.^{DA}

Pavilhão dos Ourives - Largo Martim Moniz, Loja 18 - Tel. 28503 - LISBOA



E. Pinto Basto & C.^a, Lda.

LISBOA

TRANSPORTES

MARÍTIMOS

E AÉREOS

CARVÃO, SEGUROS
REPRESENTAÇÕES
(Industriais, etc.)
EXPORTAÇÕES
IMPORTAÇÕES

No Porto:

Kendall, Pinto Basto & C.^a, Lda.

BERTRAND (IRMÃOS), L.^{DA}

ROTOGRAVURA

FOTOGRAVURA

FOTOLITO

TIPOGRAFIA - DESENHO

TRAVESSA CONDESSA DO RIO, 7

Telefones 21368, 21227, 30054

Companhia de Diamantes
de
ANGOLA
(DIAMANG)

Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada

Com o capital de

ESC. 294.100.000\$00

•

Pesquisa e extracção de diamantes
na
PROVÍNCIA DE ANGOLA
em regime de exclusivo



Sede Social: LISBOA, Rua dos Fanqueiros, 12-2.º – Teleg. DIAMANG

Presidente do Conselho de Administração

e

Administrador-Delegado

Com. Ernesto de Vilhena

Vice-Presidente
Com. Álvaro Morna

Presidente dos
Grupos Estrangeiros
Mr. Firmin Van Brée

•

DIRECÇÃO-GERAL NA LUNDA
Director-Geral
Eng. Rolando Sucena de Sousa

REPRESENTAÇÃO EM LUANDA
Representante
Dr. Sílvio Guimarães

SOCIEDADE GERAL

DE

COMÉRCIO, INDÚSTRIA E TRANSPORTES

CARREIRAS REGULARES

DE:	PARA:	PARTIDAS:
Metrópole.....	Cabo Verde e Guiné.....	Dias 10 e 25 de cada mês
Metrópole.....	S. Tomé e Príncipe e Angola.....	Mensais
Norte de Europa	S. Tomé e Príncipe, Matadi e Angola	De 21 em 21 dias
Anvers	Portugal	Quinzenais

SERVIÇOS PERMANENTES

Transporte de fosfatos do Norte de África e de pirites do Pomarão / Tramping
 Consignações / Trânsitos / Serviços de reboques fluviais e de alto mar
 Lanchas / Fragatas / Batelões.

FROTA PRINCIPAL

	TON.		TON.		TON.
n/m «África Ocidental»	1.560	n/m «António Carlos»	2.974	n/v «Costeiro»	900
n/m «Alcobaça»	9.588	n/m «Arroios»	9.558	n/m «Costeiro Terceiro»	1.426
n/v «Alcoutim»	10.526	n/m «Belas»	7.259	n/m «Covilhã»	1.376
n/m «Alenquer»	9.588	n/m «Borba»	7.259	n/v «Foca»	2.060
n/m «Alexandre Silva»	3.215	n/m «Braga»	7.224	n/m «Manuel Alfredo»	3.600
n/v «Alferrarede»	2.118	n/m «Bragança»	7.224	n/v «Maria Amélia» ...	3.005
n/m «Alfredo da Silva»	3.643	n/m «Cartaxo»	1.376	n/v «Mello»	6.253
n/m «Almeirim»	9.588	n/m «Colares»	1.376	n/m «Rita Maria»	3.458
n/m «Ambrizetes»	9.245	n/m «Conceição Maria»	2.974	n/m «São Macário» ...	1.221
n/m «Ana Mafalda» ...	3.643	n/m «Coruche»	1.376	n/v «Saudades»	6.430
n/m «Andulo»	9.245			n/v «Zé Manel»	1.240

Total 151.558 Ton.

FROTA AUXILIAR

7 Reboadores, 5 Lanchas a motor, 33 Batelões, 25 Fragatas, 1 Barca de água,
 1 Draga e 5 Batelões de dragadas.

EM CONSTRUÇÃO NOS ESTALEIROS DA C. U. F.

4 navios de 800 T., com motores de 650 HP., para serviço costeiro;
 2 navios de 320 T., com motores de 500 HP., para transporte de carga e passageiros
 no serviço de cabotagem na Província de Cabo Verde.

CARGA E EXPEDIENTE

LISBOA – Rua do Comércio, 39	PORTO – Rua Sá da Bandeira, 82
Telef. 2 63 14/5	Telef. 2 73 63
Teleg. GERAL	Teleg. SABÕES

Esta é a companhia portuguesa que tem ao serviço mais navios construídos em Portugal, nos Estaleiros da Companhia União Fabril, no Barreiro e em Lisboa

OURIVESARIA DA GUIA

fundada em 1875

JOIAS - OURO
PRATA - RELÓGIOS

R. Martim Moniz, 2-10 - R. da Mouraria, 7-11 - Tel. 28336 - LISBOA

CASA AFRICANA

●
**PREÇOS FIXOS
E MARCADOS
EM TODOS OS
ARTIGOS**

●
**ON PARLE
FRANÇAIS**

●
**ENGLISH
SPOKEN**

●
Secção de Alfaiataria e Camisaria para Homens e Rapazes. Modas e roupa branca para Senhoras e Crianças. Sedas e Veludos, Lãs, Malhas, Algodões, Cintas e Soutiens. Decorador-estofador. Peles confeccionadas e a retalho. Retrosaria. Luvaria, Perfumaria e todos os artigos para HOMENS, SENHORAS E CRIANÇAS

●
Rua Augusta, 161 - Telef. 2 42 64-65 P. B. X.
LISBOA

Rua Sá da Bandeira, 166 - Telef. 1361 P. B. X.
PORTO
Edifício do Cruzeiro — ESTORIL

VISTA ALEGRE

P O R C E L A N A S

●
Largo do Chiado, 18
L I S B O A

MAIS DE
CEM ANOS
DE QUALIDADE
E BOM GOSTO

Oferta

27. JUL. 1988

M.

OLISIPO

BOLETIM TRIMESTRAL

ANO XIX

JULHO DE 1956

NÚMERO 75

Director: MATOS SEQUEIRA

EDIÇÃO E PROPRIEDADE DO GRUPO "AMIGOS DE LISBOA"

Redacção e Administração: Largo Trindade Coelho, 9, 1.º - Tel. 257 11

Comp. e imp. de Ramos, Afonso & Moita, Lda. - S. Vicente de Fora - R. Voz do Operário, 8 a 16

Direcção gráfica de Luís Moita



SUMÁRIO

	Pág.
UMA TABULETA DE MÉDICO <i>que não paga imposto Camarário</i> pelo <i>Doutor Costa Sacadura</i>	163
DUAS CURIOSIDADES LISBOETAS. O Balão do Arsenal e o Tiro da Escola Politécnica por <i>Mário Costa</i>	169
A PROPÓSITO DE D. JOÃO II (conclusão) pelo <i>Doutor Fernando da Silva Correia</i>	186
DOCUMENTOS INÉDITOS colhidos nos apontamentos de um cronista fran- ciscano por <i>Ferreira de Andrade</i>	198
ACTIVIDADE CULTURAL no trimestre passado	203
CAPA: Um dos baluartes das defesas marítima e terrestre — Século XVII	

Distribuição gratuita a todos os sócios

Os artigos aqui publicados são de exclusiva responsabilidade dos seus autores

ALUQUILAS

BOLETA TRIMESTRAL

DE LOS ALQUILADOS EN EL PERU

ANEXO AL BOLETIN

El presente Boletín trimestral de los alquileres en el Perú, es el resultado de las estadísticas que el Departamento de Estadística y Censos del Ministerio de Fomento y Obras Públicas, ha venido realizando desde el mes de Julio de 1928.

CASA AFRICANA

BUREAU



El presente Boletín trimestral de los alquileres en el Perú, es el resultado de las estadísticas que el Departamento de Estadística y Censos del Ministerio de Fomento y Obras Públicas, ha venido realizando desde el mes de Julio de 1928.

VISTA ALEGRE

PERUANA

El presente Boletín trimestral de los alquileres en el Perú, es el resultado de las estadísticas que el Departamento de Estadística y Censos del Ministerio de Fomento y Obras Públicas, ha venido realizando desde el mes de Julio de 1928.

Uma Tabuleta de Médico que não paga Imposto Camarário

pelo PROF. DOUTOR COSTA-SACADURA

QUEM partir da Praça do Duque da Terceira, ao Cais do Sodré, subir a Rua do Alecrim pelo passeio do lado direito, e se debruçar um pouco sobre a grade, na altura da Rua dos Remolares, à esquina do actual Hotel Bragança, logo vê uma tabuleta gravada em pedra, com a seguinte inscrição:

CLINICA DE ENFERMEDADES DE LOS OJOS

Y

QUIRURGICAS

FUNDADA POR A. MASCARÓ EM 1870

Ficou célebre na história da época a instalação na nossa capital deste médico especialista, de origem espanhola, e deu azo a cortejos um pouco picarescos nas ruas de Lisboa e a uma das mais formidáveis e azedas polémicas na imprensa médica, entre dois catedráticos, um de Lisboa, outro de Coimbra, que desceram aos insultos mais soezes na Imprensa Médica — Serrano, de Lisboa e Augusto Rocha, de Coimbra.

Quem era este médico Mascaró, cujo nome completo era Aniceto Mascaró Cos?

Mascaró nasceu na vila de Lladó, província de Gerona, em 17 de Maio de 1842, filho de médico. Quando aluno na Universidade de Barcelona, onde se matriculou aos 15 anos, revelou logo o seu carácter inconformista, protestando contra os métodos de ensino, o que lhe

valeu um processo pelo claustro universitário. Apelou desse castigo e foi readmitido aos estudos universitários, tendo sido aprovado com distinção e com um prêmio em anatomia pelos mesmos professores que o haviam condenado no Conselho de Disciplina.

Completo o curso em 1862 com 20 anos e em 1865, quando o Cólera Morbo invadiu Barcelona, Mascaró trata desveladamente pobres e ricos, sem de uns ou outros receber remuneração alguma. Por fim foi contagiado, mas o Dr. Valdaura, médico distinto da cidade, consegue salvá-lo.

Em 1868 conquista a borla de Doutor na Universidade de Madrid e parte em viagem de estudo para Paris, Berlim e Londres e especializa-se em oftalmologia.

Ora em 6 de Fevereiro de 1869, o Ministro do Fomento do Governo Espanhol, Manuel Ruiz Zorrilla, promulgou um decreto tornando válidos em Espanha os títulos profissionais portugueses. Quer dizer, os médicos portugueses podiam exercer livremente em Espanha (J. S. C. M. L. 1883, pág. 133). Diga-se, desde já, que o decreto Zorrilla teve a sua origem na revolução de 1868 e era inspirado na hábil diplomacia de Fernandez de Los Rios, com as aspirações do seu iberismo.

Logo em 1870, o médico espanhol Mascaró, vem instalar-se em Lisboa, na Rua do Alecrim, n.º 20, para exercer a clínica oftalmológica, crente, talvez, que o Governo Português não tardaria a estabelecer a reciprocidade, isto é, permitir que os médicos espanhóis pudessem também exercer livremente em Portugal.

Mascaró conquista rapidamente larga fama e clientela. Trata ricos e pobres com larga liberalidade e carinho e os médicos portugueses iniciam ruidosa e tenaz propaganda contra ele.

O Comissário da Polícia instaura-lhe um processo por exercício ilegal da medicina, apesar da protecção que D. Luís e a Legação de Espanha lhe dispensaram.

Por outro lado, Mascaró queixa-se do Governo Português que o não protege, antes o persegue e ainda o obriga a pagar contribuição profissional.

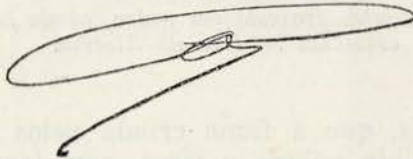
Ele explora a perseguição, que lhe cria grande popularidade, e promove reuniões dos seus doentes à porta do seu consultório e ensina-lhes a percorrer as ruas de Lisboa, em cortejo, levando o seu retrato à frente e dirigindo-se ao Governo Civil, a casa do Ministro, ao Palácio Real, etc.

Entretanto, Mascaró, inteligente, culto, activo e ousado, funda, em 1889, um *Instituto Médico-Pedagógico para cegos* e dedicou-se à tiflogia, isto é, ao estudo da pedagogia dos cegos.

Criou o seu sistema especial de escrita para cegos e videntes que no Congresso de Paris foi aprovado por 300 votos e que o Ministro da Instrução Pública de França declarou como o aperfeiçoamento de Braille, e lhe concedeu as Palmas da Academia.



A. Mascaro



Criou, também, a sua *Musicografia* que em 1900 mereceu parecer favorável do Conselho Escolar do Conservatório de Lisboa.

Com o seu sistema conseguiu que Lobo de Miranda, cego, que eu conheci pessoalmente nas minhas funções, ao tempo, de médico escolar, chegasse a ser *professor de videntes* na Escola Normal de Lisboa.

Aniceto de Mascaró y Cos, quando em plena sessão do XV Congresso Internacional de Medicina em Lisboa, em 25 de Abril de 1906, no edificio da Faculdade de Medicina, ao Campo de Sant'Ana, no uso da palavra, para defender com tenacidade inabalável a causa do ensino dos cegos, caiu súbitamente fulminado por congestão cerebral.

Mascaró era médico de incontestável valor, audaz, de bem vincado temperamento espanhol, sabedor e culto, bem conhecedor da sua especialidade, de génio inventivo.



A Tabuleta, gravada em pedra, ainda hoje existente na Rua do Alecrim

Não admira, pois, que a fama criada pelos seus méritos, pelo carinho com que acolhia pobres e ricos, com larga bondade, levantasse contra ele inimizades e más vontades dos colegas, tanto mais que ele revelara raro desinteresse e desprendimento pela retribuição monetária dos seus tratamentos e curas.

O velho aforismo *Invidia medicorum pessima invidia est*, aqui se evidenciou claramente.

Como já dissemos, os médicos portugueses podiam exercer livre-

mente em Espanha, em virtude do Decreto promulgado pelo Ministro Manuel Ruiz Zorrilla, em 6 de Fevereiro de 1869.

Dois anos mais tarde, para corresponder a uma dívida de cortesia, Júlio Caldas Aulete, deputado, apresenta em sessão de 11 de Abril de 1871, um projecto de lei, estabelecendo a reciprocidade para os médicos espanhóis (J. S. C. M. L. 1883, pág. 134).

Este projecto desencadeia uma tempestade.

A Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa nomeia uma comissão, composta por Alves Branco, Bombarda e Serrano (relator), para dar o seu parecer, que é discutido e aprovado unanimemente nas sessões de 5 e 12 de Maio de 1883 (J. S. C. M. L. 1883, pág. 133).

O relatório da Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa pronuncia-se abertamente contra o projecto Caldas Aulete, e assim começa:

«Nos tempos que vão correndo, de profícua reacção contra despotismos passados e de farta colheita dos mais pingues benefícios do progresso material e social, correm grave risco mormente os espíritos ou tíbios e incautos ou juvenis e candidos com aspirações fogosas, evolvendo-se arrebatadas, e um tanto às cegas, na aza iriada da primeira borboleta que tenha um nome bem soante, corre-se o risco de cair no culto fanatico de principios sãos, que não comportam, porém aplicação incondicional ou, peor ainda, na grosseira idolatria de certas idéas falsas com fumos de avançadas. Que toscos manipansos não invergam por ahí a tunica despida à deusa *liberdade*, que por outro lado, a poder de toques e beijos, anda babada e suja, como imagem de santo, a que se apegue fervorosa a devoção popular. De resto, em nome da liberdade, hão de ir perpetrando-se crimes, prégando-se dislates, defendendo-se utopias e canonisando-se heroes, de melhor ou peor quilate, pouco mais ou menos como, por séculos bastos, se tem feito em nome do Christo. *Ce qui a été sera.*

Com retórica barata impando de liberalismo, é facil impôr à consideração das massas a solução iníqua de muitas questões espinhosas», etc. etc.

Este parecer conclui por classificar o projecto Caldas Aulete, de inútil, iníquo, lesivo e perigoso e pede a sua rejeição.

Em 15 de Maio, a Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa envia às Cortes Portuguesas uma representação contra o referido projecto.

Não consta que o projecto Caldas Aulete tivesse qualquer seguimento, mas é certo que numa das sessões do período legislativo de 1882, Elias Garcia renova a iniciativa daquele projecto, que teve também a sorte do primeiro.

*

Pairava, ao tempo, funda animosidade entre a Universidade de Coimbra, ciosa das suas tradições e as Escolas Médicas de Lisboa e Porto, principalmente a de Lisboa. Ao ataque contra o projecto de Caldas Aulete pela Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa, ergue-se Coimbra em defesa calorosa.

Dois mestres de vulto e polemistas violentos, Serrano, em Lisboa Augusto Rocha, em Coimbra, aquele atacando violentamente o projecto Caldas Aulete, este defendendo-o, estabelecem polémica azeda e apaixonada. Infelizmente, descem a insultos em termos baixos e suezes, impróprios de tão altas intellectualidades. Julgo melhor não os reproduzir aqui, mas, aos curiosos, indico vasta bibliografia que podem consultar e que não deixa de ser curiosa e instrutiva sob vários aspectos. Não tomarão como perdido o seu tempo, como o perderam agora em me ouvirem.

BIBLIOGRAFIA

- *Escholiaste Médico*, 1856, pág. 227.
- *Jornal da Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa*, 1883, págs. 119, 120, 133, 170, 174, 201 a 207, 213, 217, 279, 285, 307 e 313.
- *Archivos de Pharmacia e Ciências Acessorias da India Portuguesa*, 1872, pág. 176.
- *O Correio Médico de Lisboa*, 1882, 1882, n.ºs 18, 21 e 22, págs. 177 e 216.
- *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. 16, pág. 513.
- *Congresso Internacional de Medicina* — secção XI do XV Congresso, 2.º fasc.º pág. 398.
- *Medicina Contemporânea*, 1883, pág. 119, — 1885 no índice «Reciprocidade», 1894, pág. 364; 1895, pág. 158; 1896, pág. 183.
- *Serões* (Revista), Junho de 1906, n.º 12, pág. 483.
- *Diário Ilustrado* — Lisboa, sábado, 1 de Março de 1873, n.º 235.
- *Gazeta de Madrid*, domingo, 7 de Febrero, 1869.
- *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, 1871, pág. 258.
- *Catálogo da Biblioteca da Faculdade de Medicina de Lisboa*, vol. II, pág. 26.
- *Instituto de Coimbra*, fasc. 45, pág. 387.
- *Coimbra Médica*, 1883.



Duas Curiosidades Lisboetas

O Balão do Arsenal e o Tiro da Escola Politécnica

por MÁRIO COSTA

POUCOS alfacinhas se lembrarão, e menor número ainda saberá da existência, do que era e para que servia o *Balão do Arsenal*.

No sentido de avivar a memória de uns e com a intenção de elucidar outros, transcrevemos o seguinte anúncio que publicou o *Diário do Governo* de 9 de Novembro de 1858, por mandado da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar:

«Achando-se actualmente collocado no plano do meridiano do Observatório Astronómico da Marinha o seu instrumento de passagens, annuncia-se a bem do serviço dos chronometros da marinha de guerra e mercante, e dos relógios públicos e particulares d'esta capital, que da data do presente annuncio em diante se indicará todos os dias no referido Observatório, por meio da rápida queda de um balão, o rigoroso instante em que a pendula do mesmo Observatório marcar exactamente uma hora média.

Para os observadores não cansarem a sua attenção adverte-se, que um quarto de hora antes da uma hora média subirá o balão a meio mastro, cinco minutos antes da referida hora elevar-se-há até ao tope, e quando no Observatório a pendula do tempo médio marcar rigorosamente o momento da uma hora média cahirá o balão rapidamente.

Nos dias em que o estado da atmosphaera não permitir que se observem as passagens meridianas do sol com o instrumento de passagens, o Observatório não

se responsabilisa então por alguma pequena diferença que a pendula do tempo médio (aliás muito boa) possa por qualquer causa ter sofrido na sua marcha diurna desde o ultimo dia em que se observou a passagem meridiana do sol.»

Esse *sinal-horário*, que estava assente no terraço do Observatório Real da Marinha ⁽¹⁾, classificou-o o vice-almirante Augusto Ramos da Costa ⁽²⁾ de «irrisório balão, manejado por uma corda», e foi alvo da troça e do descrédito, a ponto dos almanaques náuticos ingleses e franceses publicarem notas de crítica dos sinais de Lisboa, que não mereciam confiança alguma.

Por isso lhe deram um sucessor digno, perfeito e bem apetrechado, inaugurado a 15 de Agosto de 1885.

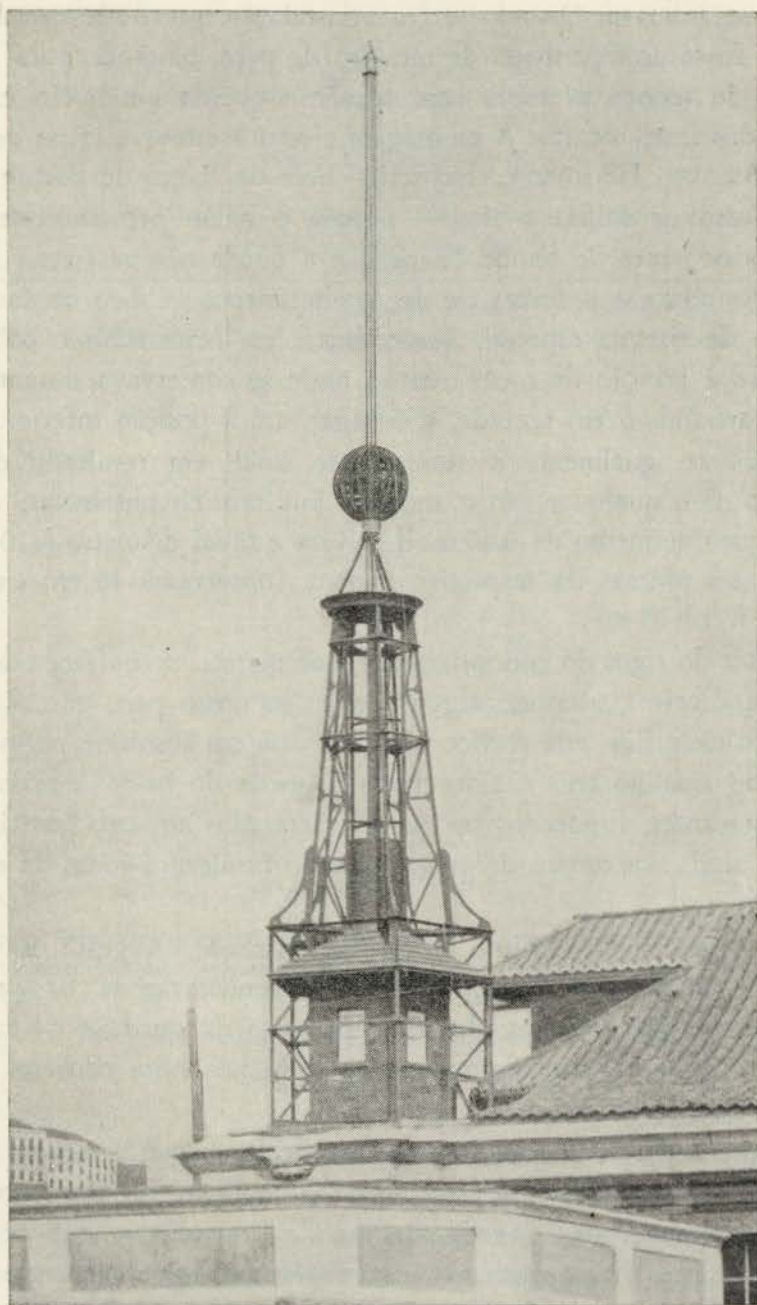
O novo aparelho, cujo desenho se mostra na gravura que ilustra este artigo, foi construído sob a direcção do official da Armada e engenheiro-hidrógrafo Frederico Augusto Oom ⁽³⁾, primeiro director do Real Observatório Astronómico de Lisboa (Tapada da Ajuda). No seu conjunto, formava uma curiosa obra de engenharia, erguendo-se a «juzante do dique do Arsenal da Marinha e no cunhal SE. do extremo Oeste avançado deste estabelecimento», e permitia dar a conhecer a hora official, não só aos habitantes da Capital, que se aproveitavam desse sinal para acertar os seus relógios, mas especialmente à navegação, que tanto carece de elementos informativos dessa natureza, dados com o maior rigor.

O mastro media sete metros de comprimento e o balão, pintado de preto, tinha um metro de diâmetro e pesava 23,9 kg. Cinco minutos antes da hora içava meio mastro, nos três últimos minutos subia até ao tope (4,88 m.) e caía automaticamente à uma hora precisa de tempo médio official, premido pelo contacto eléctrico ligado com o Observatório da Ajuda, do qual estava distanciado cerca de quatro quilómetros. Imediatamente, faziam-se ouvir os apitos das embarcações surtas no Tejo, mani-

⁽¹⁾ Criado por Alvará de 15 de Março de 1798. Em 1824 foi transferido para o Colégio dos Nobres, em 1837 ficou anexo à Escola Politécnica e em 1843, quando do incêndio naquele edificio escolar, voltou para o Arsenal da Marinha. Extinto por decreto de 15 de Abril de 1874.

⁽²⁾ Nasceu em Lisboa a 17 de Agosto de 1875 e faleceu em 10 de Agosto de 1939.

⁽³⁾ Nasceu em Lisboa a 4 de Dezembro de 1830 e faleceu em 1890, no posto de contra-almirante.



*O 2.º balão do Arsenal da Marinha
tal como foi inaugurado em 1885*

festação que correspondia a um grito de festa, com que, por momentos, a cidade se animava. Quando se fez a instalação, previra-se que a queda do balão fosse acompanhada de um tiro de peça, bastando para tal que o oficial de serviço premisse com a mão esquerda um botão existente na mesa dos instrumentos. A montagem eléctrica esteve a cargo de Maximiliano Augusto Herrmann, electricista-chefe do Banco de Portugal.

No caso de falhar o sinal — porque o balão permanecesse içado, porque caísse antes de tempo ou porque a queda não se fizesse devidamente — estudara-se a forma de dar conhecimento público do facto, por utilização de sistema especial, que consistia em fazer subir o balão mui lentamente à posição de meio mastro, onde se conservava durante cinco minutos, arriando-o em seguida, e devagar, até à posição inferior.

Previra-se igualmente a ausência do sinal, em resultado do mau tempo ou por qualquer outro motivo. Em tais circunstâncias, içava-se «um cilindro vermelho de 0,40 m. de altura e igual diâmetro às 0 h 50 m em uma das plumas do respectivo mastro, conservando-se em cima este sinal até à 1 h 05 m».

Apesar do rigor do funcionamento, que merecia a confiança de nacionais e estrangeiros, atraindo alguns destes ao nosso país, que cá vieram em missão científica, este serviço não satisfazia em absoluto, porque a má posição do sinal-horário não mostrava a queda do balão à maioria dos navios mercantes, fundeados no quadro, atracados aos cais acostáveis do porto ou ainda aos navios de guerra quando fundeados junto da margem Sul do rio.

No entender do distinto oficial da Armada, Augusto Ramos da Costa, as causas deste inconveniente fundamentavam-se na pequenez das dimensões do balão, no limitado percurso da queda e no facto do sinal, para grande parte dos navios, se projectar sobre edifícios na sua maioria pintados de escuro.

Porque assim era, aquele ilustre hidrógrafo chegou a sugerir a transferência deste dispositivo mecânico para a margem Sul do Tejo, numa posição suficientemente elevada, de grande projecção, e que se fizesse um tiro de peça, meio minuto antes da hora oficial, acabando-se com o sinal-horário, de idêntico sistema, que se disparava duma pequena peça ou canhão, montada no Jardim Botânico da Escola Politécnica.

No *Diário do Governo* faziam-se periòdicamente communicações nos moldes seguintes:

REAL OBSERVATÓRIO ASTRONÓMICO DE LISBOA

Balão da Escola Naval

Hora média do córte de corrente que promove a quèda do balão e do começo dessa quèda

Data	Córte de corrente no observatório			Começo da quèda do balão		
	1. ^h	0. ^m	0. ^s	1. ^h	0. ^m	0. ^s
1889						
Janeiro 1			— 0,17			+ 0,01
» 2			— 0,19			— 0,01
» 3			— 2,16			— 1,98
» 4			— 0,15			+ 0,03
» 5			— 0,20			— 0,02
» 6			— 0,22			— 0,04
» 7			— 0,26			— 0,08
» 8			— 0,20			— 0,02
» 9			— 0,20			— 0,02
» 10			— 0,18			0,00
» 11			— 0,24			— 0,16
» 12			— 0,29			— 0,11
» 13			— 0,34			— 0,16
» 14			— 0,19			— 0,01
» 15			— 0,18			0,00

Os tempos indicados referem-se ao meridiano que passa pelo centro do observatório, 36 m. 44,68 s. a O. de Greenwich.

Real Observatório Astronómico de Lisboa, 17 de Janeiro de 1889

O director, Frederico Augusto Oom.

*

As várias críticas e sugestões encontraram eco junto das entidades superiores, e, para que se tornasse possível substituir o «balão por outro sinal de hora mais apropriado», pelo Ministério do Interior (Direcção Geral da Instrução Secundária, Superior e Especial), em 19 de Agosto

de 1911 fez-se publicar um Decreto (4), nomeando uma Comissão em que figurou o já citado capitão-tenente hidrógrafo Augusto Ramos da Costa, o capitão de fragata hidrógrafo Hugo de Lacerda (5) e o major de engenharia Frederico Oom (6), entregando-se-lhe o encargo de «estudar e elaborar o projecto de substituição e instalação do novo sinal horário do porto de Lisboa».

Das conclusões, apresentou a Comissão o seu relatório, e o Governo, no desejo de dar completa solução ao problema, por Decreto de 12 de Outubro de 1912 encarregou o primeiro e o terceiro daqueles distintos oficiais — porque só esses dois se encontravam então em Lisboa — de elaborarem o projecto do novo sinal-horário, podendo, para tanto, essa comissão, solicitar todas as facilidades da parte da Câmara Municipal de Lisboa e das entidades competentes que dependiam dos Ministérios da Marinha, Fomento e Colónias.

Em um artigo do saudoso engenheiro Augusto Vieira da Silva (7), que também citou o primitivo balão-horário do Arsenal, lê-se que o segundo desses instrumentos deu o derradeiro sinal à uma hora do dia 31 de Dezembro de 1915 e que, pouco tempo depois foi desmontado; mas é certo que, numa das gravuras que acompanham esse estudo «Vista do norte para o sul — aspectos da Sala do Risco depois do incêndio em 1916», lá aparece o velho *Balão do Arsenal*, o que quer dizer que ainda estava no seu lugar e de alguma forma resistiu ao sinistro de 18 de Abril desse ano.

Por outro lado, um distinto oficial da nossa Armada, informou-nos que o balão (certamente o primeiro) esteve na Sala do Risco, como peça de museu, tendo desaparecido com aquele incêndio.

*

A contar de 1914, a *hora legal* passou a ser regulada pelo relógio do Cais do Sodré, que se vê ainda hoje junto do edifício (há muitos anos condenado para efeito de nova urbanização do local), onde estão situados os escritórios da Exploração do Porto de Lisboa.

(4) *Diário do Governo* n.º 208, de 6 de Setembro.

(5) Nasceu em Lisboa em 30 de Outubro de 1860 e faleceu no posto de vice-almirante.

(6) Nasceu em Lisboa a 9 de Abril de 1864 e morreu em 30 de Abril de 1930. Também foi director do Observatório da Ajuda.

(7) *A Sala do Risco*, pág. 16.

Esse «relógio público e oficial» substituiu o antigo *balão do Arsenal*, «com grande vantagem para o público em geral e para a navegação que frequenta o nosso importante porto», como se lia nos almanaques da época. Para a navegação, a hora exacta dava-se oito vezes por dia (de 3 em 3 horas), por meio de dois sinais luminosos montados sobre pilares de ferro de 30 metros de altura: um, nas proximidades da doca da Alfândega Central, para servir a parte oriental dos quadros dos navios e dos cais de atracação; e o outro, na Junqueira, próximo do chamado «porto franco», destinado ao lado oposto, até à Torre de Belém e Lazareto. Estes sinais, mesmo com sol claro, tornavam-se visíveis até quase duas milhas de distância.

O relógio regulava-se electricamente, de segundo em segundo, pela pêndula padrão do Observatório, de modo a dar sempre rigorosamente o segundo exacto da hora legal, isto é, do tempo médio do meridiano de Greenwich, usado em toda a Europa Ocidental, e servia para comparar os cronómetros de Marinha, em qualquer ocasião, nos intervalos das 3 horas. O centro do mostrador foi projectado na altura de 3 metros e meio, a fim de se poder ver sempre bem o movimento do ponteiro dos segundos, sendo de noite iluminado a luz eléctrica.

Por esse relógio ainda se orientam muitos dos habitantes de Lisboa, apesar de ter desmerecido grande confiança, sobretudo depois que se lhe retirou o dístico inferior que designava: «Hora legal».

Abrindo um parêntese, citaremos o «Relógio universal», construído por Veríssimo Alves Pereira, um curioso inventor, citado por Júlio de Castilho ⁽⁸⁾, e de quem adiante tornaremos a falar.

Sabe-se que um desses relógios se destinou aos Serviços dos Correios, onde esteve à vista do público, na Central Telegráfica do Terreiro do Paço, depois passou para o gabinete do Director e está hoje na Administração Geral dos Correios e Telégrafos, na Rua de S. José. E outro, que se diz desviado do palácio das Necessidades, após a revolução de 1910, supõe-se ser o que foi parar a um leilão da Liquidadora da Avenida, entrando na posse daqueles Serviços, onde guarnece uma das salas do antigo palácio de Alfredo de Oliveira Sousa Leal, que foi grande capitalista e director do Banco de Portugal ⁽⁹⁾.

⁽⁸⁾ *Lisboa Antiga*, vol. 4.º, pág. 94.

⁽⁹⁾ Para conhecer a história deste palácio, consultar: *Três palácios dos Correios na Rua de S. José*, por Godofredo Ferreira.

Esse relógio, que observámos detidamente, devido à amabilidade do nosso Consócio e distinto publicista, Senhor Godofredo Ferreira, tem a forma cilíndrica, envolvida pelo mapa-mundo e ao alto um arco metálico, em que estão gravadas duplicadamente, em romano, as clássicas doze horas, em linha meridiânica. Sobrepõe-se uma figura de bronze, simbolizando o *Tempo*, com as características asas e foice, a que serve de base, rente ao chão, um móvel de madeira, que oculta a pêndula e o maquinismo ⁽¹⁰⁾.

Num desses raros objectos, precisamente o que está em menos perfeito estado de conservação, distingue-se nitidamente a inscrição: «Veríssimo Alves Pereira, Inventou e Construiu. Lisboa. n.º 3». Deste modo, é natural presumir que, pelo menos, se construíram três exemplares. Onde parará o terceiro? Quem o teria adquirido? Esse ou outro ainda, não teria deixado de figurar no museu do Dr. Carvalho Monteiro, o obsecado coleccionador de tais instrumentos medidores do tempo, a quem a sua grande fortuna gerou o epíteto de *Monteiro Milhões* ⁽¹¹⁾.

Embora denotando menos originalidade, o «Cosmocronómetro», a que se referiu Sousa Viterbo, é um outro marcador do tempo, que figurou na Exposição Industrial de 1888 e foi distinguido com valiosas recompensas. Esse regulador de horas em todo o mundo, tem um mapa-mundo planisférico e é um bonito móvel de parede, de forma tricircular, envolvendo os dois hemisféricos geográficos e o mostrador.

O seu inventor e construtor, Augusto Justiniano de Araújo ⁽¹²⁾, exímio artista e um dos mais activos propugnadores da indústria nacional, foi, como Veríssimo Alves Pereira, mestre da oficina de relojoaria da Casa Pia de Lisboa e esteve estabelecido na Rua da Boa Vista, na casa que pertencera a esse mesmo artífice. Ofereceu um desses seus relógios à Sociedade de Geografia de Lisboa (donde era sócio com o n.º 611

⁽¹⁰⁾ Um dos relógios está no gabinete do Director dos Serviços Administrativos e o outro numa sala de espera contígua ao gabinete de um dos Administradores-Adjuntos.

⁽¹¹⁾ O Diário de Lisboa, de 17, 24 e 25 de Março de 1954 publicou um curioso noticiário sobre um interessantíssimo relógio de bolso que o grande argentário possuiu e que, dotado de «25 complicações», indica as fases da Lua, as estações do ano, os solstícios e equinócios, repete horas e minutos, dá o estado do tempo (pelos seus termómetro, higrómetro, barómetro e altímetro), a hora local de 125 cidades do Mundo, a hora do nascer e pôr do Sol em Lisboa, os 12 signos de Zodíaco, dias da semana e do mês, o ano e a diferença entre a hora solar e a sideral, e contém ponteiros para minutos, cronómetros com variações de $\frac{1}{3}$ de segundo, uma bússola incrustada no botão que acciona a corda e um disco representando o céu de Paris, Lisboa e Rio de Janeiro.

⁽¹²⁾ Nasceu a 19 de Fevereiro de 1843 e faleceu a 14 de Agosto de 1908.

e que em 1906 levou o seu nome ao quadro de honra) e cedeu outro ao *Diário de Notícias*, por intermédio do jornalista Eduardo Coelho, de quem era amigo ⁽¹³⁾. O primeiro exemplar pode ver-se no átrio daquela prestimosa Colectividade, à direita, junto do lugar do porteiro.

*

À Comissão da Hora Oficial, com sede na Escola Naval, confirmaram-se pelo Decreto de 30 de Março de 1915, os poderes de superintendência no serviço do novo sinal-horário, competindo ao Observatório Astronómico Nacional «enviar constantemente os sinais para a regulação do relógio público, bem como fazer as indicações que julgar convenientes para o máximo rigor desta regulação». E, uma vez extinta aquela Comissão, pela Lei n.º 680, de 21 de Abril de 1917, instituiu-se uma Direcção, composta de um Director e adjunto, ambos oficiais de marinha com tirocínio no Observatório Astronómico de Lisboa.

Mas já anteriormente, isto é, a partir de 1 de Janeiro de 1912, a *hora legal*, em todo o território português, ficara subordinada ao meridiano de Greenwich, segundo o princípio adoptado na Convenção de Washington em 1884 ⁽¹⁴⁾, sendo essa disposição baseada no parecer duma Comissão constituída por decreto de 24 de Maio de 1911 ⁽¹⁵⁾ e de que fizeram parte o almirante José Nunes da Mata ⁽¹⁶⁾ e o engenheiro militar Frederico Oom.

Por esse diploma legal, em que se considerou que a adopção de tal princípio oferecia incontáveis e numerosas vantagens, tanto no movimento internacional dos combóios, como nos serviços telegráficos, nas relações marítimas e no convívio científico do país com o estrangeiro, os relógios foram adiantados de 36 m. 44,68 s. e permitiu-se e tornou-se válido para todos os efeitos legais ou jurídicos, que se designassem pelos números 13 a 23 as horas compreendidas entre o meio-dia e a meia-noite, suprimindo-se, assim, as designações «Tarde» e «Manhã» ou outras equi-

⁽¹³⁾ *Artes e indústrias em Portugal — Relojoaria, sinos e sineiros*, por Sousa Viterbo, págs. 14 a 16.

⁽¹⁴⁾ Washington Meridian Conference, que aprovou o sistema planeado por Sandford Fleming.

⁽¹⁵⁾ *Diário do Governo* n.º 125, de 30 de Maio.

⁽¹⁶⁾ Nasceu em 2 de Janeiro de 1849, e faleceu em 19 de Janeiro de 1945. Vidé *A Nova Hora* e os fusos horários, pelo mesmo autor.

valentes, e que a meia-noite se designasse por zero. E, pela mesma legislação, desapareceu a diferença existente de cinco minutos entre os relógios internos e externos das estações ferroviárias.

As vantagens que se pretenderam tirar da subordinação ao meridiano de Greenwich nem sempre são atingidas, atendendo a que a adopção da hora de verão não é, certas vezes, estabelecida uniformemente, em todos os países. E recorda-se, para fazer história, que após a determinação legal do acerto da hora pelo meridiano de Greenwich — estava-se no princípio do novo regime — muitas pessoas, em oposição política, se obstinaram em não cumprir o decreto, e ainda hoje se encontra um ou outro relógio nessas condições.

Em Paris, de 15 a 23 de Outubro de 1912, reuniu a chamada *Conferência da Hora*, para decidir acerca da adopção da *Hora universal*. Assitiram a ela 80 delegados de dezasseis estados aderentes e decidiu-se principalmente a criação de um *bureau* internacional da hora, sendo escolhida a cidade de Paris como centro horário mundial (*Boletim da Sociedade de Geografia*, n.º 11, de 1912, pág. 571).

Importa ainda citar o Decreto de 20 de Julho de 1903 ⁽¹⁷⁾, que aprovou o Regulamento do Real Observatório Astronómico de Lisboa (Tapada da Ajuda), em que se lhe determinou o serviço da transmissão telegráfica da hora oficial às estações semaforicas (n.º 3.º do artigo 2.º), que era nem mais nem menos do que «a transmissão diária dos sinais da pêndula média para o Arsenal da Marinha e Escola Politécnica, a fim de promover a queda do balão à uma hora precisa de tempo médio oficial...» (artigo 174.º); como também o Decreto n.º 10.191, de 17 de Outubro de 1924 ⁽¹⁸⁾, mandando pôr em execução um outro regulamento, a que ficaram subordinados os serviços radiotelegráficos da Armada, em cujo artigo 17.º se dispôs que o sinal horário fosse dado pelo Posto Radiotelegráfico de Monsanto.

Como complemento informativo, convém referir o Decreto n.º 34.141, de 24 de Novembro de 1944, que extinguiu o antigo *Serviço da Hora Legal* e criou a *Comissão Permanente da Hora*, à qual preside o Director do Observatório Astronómico de Lisboa, estando representados variados serviços interessados (já com a inclusão da Emissora Nacional de Radiodifusão), concedendo-se a essa Comissão o direito de intervir em

(17) *Diário do Governo*, n.º 135, de 22 de Junho.

(18) *Diário do Governo*, n.º 233, rectificado no n.º 246.

tudo quanto se relacione com a determinação, conservação, difusão e fiscalização da hora em Portugal ⁽¹⁹⁾.

Entre as funções dessa Comissão, que tem a seu cargo a fixação da *hora de verão* ⁽²⁰⁾, destaca-se a que lhe atribuiu a fiscalização dos relógios expostos nas vias públicas, estações de caminhos de ferro, estações dos correios, aeroportos, estações marítimas e outros lugares públicos.

Dois outros elementos contribuem poderosamente para a vulgarização e conhecimento da hora oficial: o *relógio falante*, da Companhia dos Telefones de Lisboa, e o *sinal horário* da Emissora Nacional de Radiodifusão. A eles faz alusão, assim como às antigas emissões radiotelegráficas de *sinais horários* da Estação Radiotelegráfica de Monsanto (serviço que funcionou até 1947), o distinto engenheiro José António Madeira, num bem elaborado trabalho levado ao XIII Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências (1950). Esse distinto astrónomo deduz com muita clareza e inteligência os seus pontos de vista sobre a generalidade do problema, e lamenta contritamente que ainda não tivessem sido criados o *Centro Nacional da Hora* e o *Serviço Nacional da Hora*, ambos de inestimável interesse e grande necessidade para a melhoria e a mais possível exactidão da informação oficial da hora ⁽²¹⁾.

Também nos serviram de precioso guia um estudo do vice-almirante Ramos da Costa ⁽²²⁾ e uma *Memória* da autoria do 1.º tenente da Armada José Cândido Corrêa ⁽²³⁾, nos quais os entendidos encontrarão vastos elementos e conhecimentos da matéria. Neles se enaltecem as qualidades do engenheiro-hidrográfico e vice-almirante César Augusto de Campos Rodrigues, 2.º director do Real Observatório Astronómico de Lisboa ⁽²⁴⁾,

⁽¹⁹⁾ Essa comissão compõe-se actualmente do Senhor Dr. Manuel António Peres Junior (pelo Observatório da Ajuda), engenheiros Oscar Saturnino (Correios e Telégrafos), Manuel Bivar (Emissora Nacional), Dias Trigo (Direcção Geral dos Transportes Terrestres) e Ferreira do Amaral (Direcção Geral dos Serviços Industriais) e ainda pelo capitão de fragata Pereira Parreira (Direcção de Hidrografia do Ministério da Marinha).

⁽²⁰⁾ A *hora de verão*, adoptada pela primeira vez em Portugal em 1917, e que foi originada durante a primeira grande guerra, com o intuito de poupar carvão, consiste no adiantamento dos relógios de uma hora, durante os meses da Primavera e Verão, mas esse avanço já foi de duas horas.

⁽²¹⁾ Vidé outro trabalho, de considerável valor, do mesmo autor: *O Problema da Hora na Actualidade* (Lisboa 1948).

⁽²²⁾ *A Hora Oficial em Lisboa (Serões, vol. 5.º — ano de 1907)*.

⁽²³⁾ *Catálogo oficial dos objectos enviados à Exposição Industrial Portuguesa em 1888*, precedido de uma *Memória acerca das Construções e Armamentos Navais*.

⁽²⁴⁾ Nasceu em Lisboa a 9 de Agosto de 1836 e faleceu em 25 de Dezembro de 1919. Na biografia deste cientista encontram-se muitos elementos para a história do Observatório Astronómico Nacional (*Grande Enciclopédia portuguesa e brasileira*, vol. 5.º, pág. 913).

e do contra-almirante José Joaquim de Sousa Neves ⁽²⁵⁾, que foi director da Escola Naval, fazendo notar que a ambos se deve, em grande parte, o estudo, montagem e manutenção do serviço da hora oficial.

Por último, citamos um exemplar bibliográfico de valor, e certamente raro, pertencente ao nosso ilustre Secretário Geral, em que, sob separata da revista «Elektrotechnischen Zeitschrift» — Outubro e Novembro de 1886, impresso em Berlim N. — e com o título «Der Zeitball in Lissabon» (*O balão do tempo em Lisboa*), se dá notícia da instalação recente do nosso *balão do Arsenal* e se descreve minuciosamente a sua parte mecânica, juntando-lhe uma curiosa fotografia, apreciável até pela indumentária dos figurantes que observam o aparelho.

*

Para a segunda parte do nosso relatório — *O tiro da Escola Politécnica* — contamos quase exclusivamente com o que se conserva ainda na nossa retina e transmite à mente a generalidade desse clássico sistema, que era a forma sonora de dar ao público lisboeta a informação da *hora oficial*.

Em todas as grandes cidades no estrangeiro se utilizou o tiro de canhão como sinal horário e a Grã-Bretanha, fiel às suas tradições, conserva em Half Moon Battery, Edimburgo, capital da Escócia, o seu «Canhão da uma hora» («The one o'clock gun»), que é disparado electricamente do Observatório de Blackford Hill todos os dias, à uma hora da tarde, com excepção dos domingos e feriados.

Este antigo sistema vem mencionado nos guias turísticos de Inglaterra e constitui uma atracção para os forasteiros, assim como a «bola-tempo» que cai também à 1 hora da tarde, e se encontra na torre do monumento a Lord Nelson, situado na parte mais alta de Calton Hill.

O que era, como era e como se projectava entre nós a detonação que indicava a uma hora solar? ⁽²⁶⁾.

Os que ainda se lembram desse sinal-horário, sabem que ele enchia toda a cidade e fazia estar alerta os cidadãos que se jactavam da chamada «pontualidade inglesa». Servia de fulcro às mais alegres anedotas cor-

⁽²⁵⁾ Nasceu em Lisboa a 14 de Dezembro de 1819 e faleceu em Janeiro de 1904.

⁽²⁶⁾ Deixou de coincidir a hora solar, depois que o nosso país passou a regular-se pelo meridiano de Greenwich (decreto de 24 de Maio de 1911).

rentes de boca em boca e preenchia os serões familiares, dando os mais divertidos temas aos folhetinistas jucosos da época.

Rareiam as bibliografias, ignora-se o fundo histórico a profundar, resultando inglória a devassa de arquivos e bibliotecas. Visitam-se Estabelecimentos da especialidade; consultam-se Mestres eminentes e profissionais estudiosos da especialidade; interrogam-se os que, de idade respeitosa e avançada, viveram essa época; auscultam-se os investigadores consagrados e curiosos; folheiam-se verbetes, esquadrinham-se prateleiras, numa ânsia sem tréguas. E sempre o mesmo resultado, num unísono torturante: Nada! ⁽²⁷⁾

Lisboa, nesse tempo, ainda era uma cidade em que quase todos se conheciam. Havia, como ainda hoje há, raros relógios expostos à curiosidade pública, como o tem clamado, sempre com oportunidade, o nosso distinto consócio e diplomata ilustre, Senhor Dr. Amadeu Ferreira de Almeida. Havia quem tivesse os seus «relógios certos pelo do Arco da Rua Augusta» — dizia-se aos que apareciam sempre tarde em toda a parte! — e dirigia-se a *piada* — «já deu meio-dia em S. Paulo!» — aos que eram igualmente pouco escrupulosos nas horas combinadas para encontros ou reuniões.

*

Entre nós, a infância deste sinal-horário parece reportar-se a 1857 — ano em que o benemérito Veríssimo Alves Pereira tornou conhecida a sua *meridiana*, concorrendo com os chamados *relógios de sol*, onde a sombra do ponteiro de ferro ou de bronze se projecta sobre o mostrador de pedra horizontal ou vertical, curiosas peças que ainda hoje se observam e que em tempos remotos eram vulgares em palácios, quintas e jardins ⁽²⁸⁾.

Aquele benquisto cidadão, no desejo de pôr a nossa Capital a par da cidade de Paris, que já tinha no *Palais Royal* uma instalação desse género, remeteu à Câmara Municipal de Lisboa uma memória, em que se propunha «colocar no castelo de S. Jorge um aparelho que havia de

⁽²⁷⁾ Providencialmente, à última hora, topámos com um estudo de Vítor Ribeiro, intitulado «Como se tem estudado a astronomia em Portugal» (*Ilustração Portuguesa*, vol. 4.º, de 25 de Novembro de 1907); e foi-nos indicado outro artigo «Observatório Astronómico da Escola Politécnica» (*O Ocidente*, ano 1882, vol. 5.º, pág. 74), que um pouco de luz nos trouxeram.

⁽²⁸⁾ Sobre o regulador oficial de horas, no tempo do senhor D. João V, consultar: *Relação de vários casos notáveis*, por Matos Sequeira, pág. 188.

anunciar o meio-dia verdadeiro com a detonação de um morteiro, incendiado por uma lente biconvexa».

A nossa vereação, que julgou conveniente consultar o sábio professor da Escola Politécnica, Dr. Guilherme José António Dias Pegado ⁽²⁹⁾ e outro distinto mestre, o Dr. Filipe Folque ⁽³⁰⁾, que acabara de deixar a mesma Escola, resolveu logo na sessão de 9 de Fevereiro que se comprasse a *meridiana*, já então provisòriamente colocada no Castelo pelo seu inventor, pagando por ela 117\$680 réis, em 2 prestações.

Do Ministério da Guerra obteve a Câmara a indispensável pólvora, bem como a construção, no local próprio, das plataformas precisas para assentamento do aparelho e dos morteiros, estando tudo nos seus lugares e a funcionar oficialmente em 9 de Julho, de certo a contento de todos e especialmente do «sonhador que imaginou acertar os relógios todos da Capital». Foi assim que se expressou o nosso Júlio de Castilho ⁽³¹⁾ com elementos colhidos nos *Anais do Município de Lisboa* ⁽³²⁾.

Teria tido curta duração, esta *meridiana*, ou houve o propósito de substituir o sistema, pois na sessão da Câmara de 1 de Outubro de 1860 já o vereador José Mendes da Assunção propunha que, *para regular todos os relógios da Capital*, se collocasse no Castelo de S. Jorge um balão a anunciar o meio-dia ⁽³³⁾.

Quanto a *relógios de sol* ⁽³⁴⁾, Júlio de Castilho dá conta da existência de um, que já em 1860 se via no Cais do Sodré, no lugar onde se construiu o monumento ao Duque da Terceira, inaugurado em 1877, obra do notável escultor José Simões de Almeida. E também anota dois dos muitos epigramas que se bordaram à volta da utilidade dessa *meridiana*, de que se apresenta uma foto na 2.^a ed. do trabalho daquele Mestre Olisiponense, que nos serviu de achega ⁽³⁵⁾. Um outro *relógio de sol*,

⁽²⁹⁾ Nasceu em Macau a 23 de Junho de 1803 e faleceu em 22 de Outubro de 1885.

⁽³⁰⁾ Nasceu em 28 de Novembro de 1800 e faleceu em 27 de Dezembro de 1874.

⁽³¹⁾ *Lisboa Antiga*, vol. 4.^o, pág. 94.

⁽³²⁾ *Lug. cit.*, anos de 1857 (n.^{os} 25, 26, 28, 30, 33, 34 e 40) e 1858 (n.^o 4).

⁽³³⁾ *Lisboa Antiga*, vol. 4.^o, pág. 96. — *Arquivo Municipal de Lisboa*, ano 1860 (n.^o 41).

⁽³⁴⁾ Estes relógios foram os primeiros usados pelo Homem. Depois, porque quando não havia sol e durante a noite também interessava conhecer a hora, inventaram-se, sucessivamente, os *relógios de água (clépsidras)*, azeite e areia.

⁽³⁵⁾ *A Ribeira de Lisboa*, vol. 4.^o, págs. 90/91. É reprodução duma estampa publicada em *Arquivo Pitoresco* (vol. 3.^o, pág. 1). Desenho de Nogueira da Silva e gravura de Coelho. Eduardo Portugal possui duas outras fotos de perspectivas diferentes e dando maior nitidez à *meridiana*. — *Peregrinações em Lisboa*, por Norberto de Araújo, livro 13, pág. 40.

de tradições lisboetas, foi o do Jardim das Albertas, à Rocha do Conde de Óbidos.

*

Não se conhece a data em que, no Jardim Botânico da Escola Politécnica ⁽³⁶⁾, começou a funcionar o *sinhal-horário*, disparado duma pequena peça ou canhão, à uma hora da tarde. Mas sabe-se que também aí esteve montado um *balão-sinhal*, de que ainda restam vestígios no murete de resguardo do terraço em frente do Observatório Astronómico, onde se vêem restos dos pegões que faziam a fixação do aparelho.

Desse terraço, vedado por gradeamento de ferro, e em cujos ângulos estão colocadas duas cúpulas para onde se levam instrumentos portáteis, ainda hoje se desfruta um belo panorama para os sítios da Graça e Castelo de S. Jorge. Num grande horizonte, chegou a dominar-se toda a parte oriental e central, nos tempos em que o arvoredo do Jardim Botânico, começado a plantar em 1873, devido aos esforços dos professores Conde de Ficalho ⁽³⁷⁾ e Joaquim de Andrade Corvo ⁽³⁸⁾, ainda se não mostrava tão desenvolvidamente.

É do conhecimento geral que o actual Observatório Astronómico da Escola, inaugurado em 1898, é uma reconstrução do anterior, da iniciativa do professor e ministro de Estado Dr. Mariano Cirilo de Carvalho ⁽³⁹⁾, concluído em 1875 e que sofreu grande ruína com os abalos produzidos pela abertura do túnel do Rossio. Mas talvez se não saiba que no primitivo edifício já havia a chamada «casa do telégrafo eléctrico», que ligava esse Observatório com o da Tapada, e, cá fora, no terraço que descrevemos, estava um «pequeno canhão», que ainda não funcionava em 1882 e se destinava a marcar com um tiro a uma hora da tarde, tendo como seu par um «mastro com um globo», que caía igualmente no mesmo instante.

Há razões para se aceitar que a data do início desse tiro-sinhal corresponda à da vigência do actual Observatório Astronómico, que na sua

⁽³⁶⁾ Designada Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, por Decreto de 19 de Abril de 1911, mas continuou vulgarmente a dar-se-lhe o primitivo nome.

⁽³⁷⁾ 4.º Conde, um dos «Vencidos da Vida» (Francisco Manuel de Melo Breyner). Nasceu em Lisboa a 27 de Julho de 1837 e morreu a 19 de Abril de 1903.

⁽³⁸⁾ Nasceu a 30 de Janeiro de 1824 e faleceu em 1890.

⁽³⁹⁾ Nasceu a 25 de Junho de 1836 e morreu a 19 de Outubro de 1905.

orgânica continha como uma das finalidades «dar a hora oficial, deixando o Observatório da Tapada livre deste encargo».

A explosão dava-se no momento em que uma lente fazia convergir os raios do sol sobre o ouvido da peça; mas, anos mais tarde — possivelmente em 1912, quando Portugal deixou de regular-se pelo seu meridiano — o tiro passou a ser disparado seguidamente à recepção do aviso transmitido do Real Observatório da Ajuda para o da Escola Politécnica, onde, num pequeno gabinete, à direita do vestíbulo, estava montado o aparelho telefónico. O empregado-maquinista, quando a hora se aproximava, ficava à escuta, e, no momento da recepção, premia um botão eléctrico, fazendo cá fora disparar a peça.

Esta meridiana ficava vizinha do Observatório, armada no interior duma pequena barraca situada no extremo direito do tabuleiro superior do Jardim Botânico, sobre a muralha contígua ao túnel da estação do Rossio, mas foi daí retirada, em data que também se não pode precisar, porque abalava as instalações que ficavam por baixo, destinadas a moradias do maquinista e do contínuo do Observatório, sendo assente noutro local, para cá da escadaria que dá acesso aos jardins inferiores, na alameda onde se construiu o edifício onde estão a Associação Académica e a Cantina Escolar.

Foi, pois, desse lugar — talvez em 1914 ou 1915, porventura quando se estabeleceu o novo sistema de sinalização, ou por falta de verba para a aquisição da pólvora, dizem alguns — foi desse lugar, como dizíamos, que Lisboa ouviu as últimas manifestações do poder estrondoso da inocente peça, tão *familiar* dos alfacinhas.

*

À falta doutros informes mais elucidativos, soubemos que o último empregado que teve a seu cargo este serviço da hora oficial, de nome Domingos Jaime de Carvalho e Melo, admitido em 4 de Fevereiro de 1903 como «maquinista do observatório astronómico», era descendente, por bastardia, do celebrado Marquês de Pombal, reedificador de Lisboa. E dessa particularidade muito se orgulhava o homem, que assinava habitualmente D. Jaime de Carvalho e Melo. Era um fervoroso adorador do deus *Baco*, pelo que, algumas vezes, entregue a *penitências* ou *meditações*, dava o sinal fora do tempo, fazendo crer aos alfacinhas que os seus relógios se haviam adiantado...

A peça tinha por alvo directo uma palmeira já bastante gigante, cujas folhas eram atingidas pela pólvora queimada, de que ainda hoje há vestígios.

O vasto e profundo paiol da pólvora, em subterrâneo, mantém-se inalterável e sem aproveitamento, no terreiro em frente do Observatório Astronómico, conservando à vista os velhos tampões de ferro e argolas do mesmo metal.

Também se não conhece o paradeiro do canhão — talvez fundido ou na posse de entidade desconhecida — e conta-se que o ilustre professor Doutor Victor Hugo de Lemos, actualmente Reitor da Universidade de Lisboa, quando foi director da Faculdade de Ciências, procurou saber da existência desse exemplar da história alfacinha e fazê-lo incorporar no Museu privativo, mas resultaram baldadas todas as esforçadas diligências.

No Palácio da Pena, em Sintra, também se fazia ouvir o *sinahorário*, dado por uma linda peçazinha meridiana, que servia para marcar o meio-dia solar. É de «bronze dourado com alguns pormenores decorativos finamente cinzelados, tendo o mostrador circular de platina, assim como o regulador de ajustamento a todos os dias do ano», e ainda se conserva no chamado «terraço da Rainha».

Foi-nos informado este pormenor curioso: no tempo da Família Real, à sua chegada ao Palácio, algumas vezes, eram disparados seis pequenos canhões que ainda existem no antigo lugar.

*

Aqui damos por findo o resultado das nossas pesquisas, dentro dum campo da ciência para que, evidentemente, nos faltam os mínimos e basilares conhecimentos técnicos, e para o qual nos sentimos impellido pelo seu todo pitoresco e pelo interesse olisiponense, na peregrina intenção de evocar uma época em que a quietude da vida citadina se animava com o simples espectáculo que lhe oferecia o funcionamento do pitoresco *Balão do Arsenal* ou o estrondear do característico *Tiro da Escola Politécnica*.

A PROPÓSITO DE D. JOÃO II

pelo DOUTOR FERNANDO DA SILVA CORREIA

(Conclusão)

QUANDO D. Afonso V faleceu em 28 de Agosto de 1481, três dias depois D. João foi, como já vimos, aclamado Rei em Sintra, jurando, perante a nobreza, os prelados e o povo, «reger, governar bem e diretamente e ministrar inteira justiça quanto a humana fraqueza permite e de vos guardar vossos privilégios, graças e mercês, liberdades e franquezas que vos foram dadas e outorgadas por El-Rei meu senhor e padre, cuja alma Deus haja, e por outros Reis passados, seus antecessores».

Sabe-se como a forma de juramento exigida aos nobres nas Côrtes de Évora, em 12 de Novembro, mês e meio depois, desmentia tão solene juramento no que lhes dizia respeito...

Mas, depois da primeira aclamação, digamos, provisória, de Santarém, em 10 de Novembro de 1497, foi em Sintra que, primeiro, ao ser de vez aclamado rei, o alferes-mor bradou:

«— Real! Real! Real! Pelo mui alto e muito poderoso Rei D. João, nosso Senhor!».

Mas o novo Rei quis que a sua aclamação fosse confirmada na Câmara desta sua querida Lisboa. E então, logo no dia seguinte, às 10 horas da manhã, apresentou-se ali o Fidalgo Ruy Lobo, da Casa d'El-Rei, do seu Conselho e Desembargo e Veador da sua Casa com uma Carta credencial sua em que dizia que «crêssem ao dito Ruy Lobo dalgumas coisas que de parte de Sua Senhoria diria».

E essas *coisas* eram a informação oficial, como hoje diríamos, de que na véspera fôra aclamado perante a sua Corte e «boa parte dos grandes e prelados do seu Reino», estando presentes os procuradores da Cidade de Lisboa, e que, «por esta ser a principal e cabeça destes Reinos», agora «lhe rogava e encomendava e mandava que por sua lealdade da dita cidade e pessoas em particular» que o aclamasse

a «cidade por sua vez, como o já havia feito a ele próprio de outra vez e era costume ser feito aos reis», o que ele, Rei, consideraria «um estremado serviço».

Estavam presentes o Provedor das Capelas d'el Rei D. Afonso V, os Vereadores da Cidade, o Procurador, o Escrivão da Câmara, um antigo Alcaide de Lisboa, o Contador Mór e um Doutor, todos do Conselho de El-Rei, outro Doutor da Cidade, o Feitor nos «trautos» da Guiné, o Juís do Cível, vários cavaleiros cidadãos, o Juís de Crime, dois Reitores da «Universidade do Estudo desta Cidade», o Lente de Física (Medicina) da mesma, e outros doutores, e muitos bachareis e escolares em nome da Universidade, e «muitos fidalgos e cavaleiros, escudeiros e homens nobres e povo».

Depois de todos ouvirem «com as cabeças descobertas» o que o Rei lhes mandava dizer por Ruy Lobo, responderam em «alta e viva voz» e em boas vontades que lhes aprazia muito isso», ficando «mui contentes e ledos», a Deus rogando «que lhes desse muita vida, sizo e entendimento, que os governasse em justiça, paz, bem e amor, como fosse a seu serviço».

A seguir tomaram a bandeira da Cidade e com ela erguida desceram todos a escada, entregando a mesma ao Alferes da Cidade, Capitão destes Reinos, D. Fernando de Almada, Conde de Avranches, que, montado num grande cavalo e seguido de muitos cavaleiros, cónegos da Sé em nome do Cabido, muitos escudeiros e nobres e honrados homens e muito povo, encetou a proclamação, bradando, depois de se terem ouvido as trombetas, com a maior solenidade, à porta da Sé:

«— Real! Real! Real! Pelo mui alto e muito poderoso Rei D. João, nosso Senhor!».

E então o cortejo seguiu, direito à *Porta do Ferro*, parando no começo da *Padaria*, para repetir o brado, com igual solenidade, *Porta da Alfândega*, parando de novo antes do *Pelourinho* para nova proclamação e, mais uma vez, ao pé das *Casas de Martin Leme*, *Casas da Moeda*, *Rua Nova d'el Rei*, *Caldeiraria*, com nova paragem, *Santa Maria do Carmo*, *Rossio*, mais uma vez parando, *Praça da Palha*, *S. Nicolau*, repetindo antes do *Cruzeiro* a proclamação, *rua da Correaria*, Adro da Igreja da Madalena, indo pela calçada acima até à *Porta da Alfafa*, *Porta da Alcáçova*, *Paços d'el-Rei*, *Curral*, *Portas do Castelo e Ponte*, entregando então o Alferes a Bandeira aos Vereadores que pediram ao Escudeiro do Alcaide do Castelo de Lisboa, D. João de Castro, que lhes abrisse as portas do mesmo para poderem, como fizeram, hastear a Bandeira numa das Torres.

E então, como em todas as paragens, o brado ergueu-se solene, repetido em coro pela multidão:

«— Real! Real! Real! Pelo mui alto e muito poderoso Rei D. João, nosso Senhor!».

E a Bandeira lá ficou hasteada bem alto, sob a guarda do procurador Fernão Afonso e dos homens que ele entendeu serem para isso precisos, lavrando o Notário Geral da Casa do Cível, Luís Vaz, auto pormenorizado de tudo o que se passou.

Foi assim que a Cidade de Lisboa se manifestou abertamente a favor do Príncipe Perfeito, mostrando aos nobres que o hostilizaram ou hesitaram que o julgavam digno de reinar em Portugal, colaborando deste modo, mais uma vez, para a Glória do Reino!

IV — *A colaboração de D. João II com a Rainha D. Leonor*

Quantos quadros não podiam esboçar-se, evocando passagens características da vida do grande Rei! Mas esta conversa já vai longa e ainda não me ocupei, afinal, do esboço do que a justiça histórica exige que se pense a respeito da colaboração que a Rainha D. Leonor deu a seu Marido, como digna *Parceyra do Príncipe Perfeito, Princesa Perfeitíssima* por sua vez, como lhe chamou um dos escritores eruditos que até hoje melhor estudou e compreendeu a sua vida, o Padre lóio Jorge de S. Paulo, que nasceu em Lisboa e, antes de ser Cónego da Congregação de S. João Evangelista em 20 de Julho de 1609, se chamava Jorge de Carvalho, ilustre lisboeta que bem merece ser estudado pelos ulisipógrafos pela sua inteligência, saber, virtudes, espírito crítico, obra histórica e culto pela língua Mãe.

*

A Rainha D. Leonor conhecia e admirava seu Marido como ninguém.

Respeitou-o sempre, amou-o carinhosamente e colaborou com ele e ele com ela, muito mais do que se tem reparado até hoje, devido a só se dar, em geral, categoria à força das armas, às vitórias políticas, aos êxitos globais e ao halo heroico criado pela epopeia das descobertas que tão devido foi a El-Rei D. João II.

Quem haveria, no meio do ruído dos canhões e do som das trombetas que proclamavam glórias eternas, que se ocupasse de «coisas de mulheres»?...

E, entretanto, o papel da Rainha D. Leonor através três reinados — o do Marido, o do Irmão D. Manuel e parte do de D. João III, seu sobrinho — foi notabilíssimo, ainda hoje por poucos devidamente compreendido e correspondente aos actuais cargos tão categorizados, de Subsecretário de Estado da Assistência ou de Ministro da Saúde.

E foi o Príncipe Perfeito, o Rei seu marido, com quem ela tanta vez teve de discutir, com cultura tão elevada e inteligência tão viva e vontade tão forte como as dele, de nível igual e, além disso, sem as suas manhas maquiavélicas nem a sua crueza em face das razões

do Estado soberano, então nascente e personificado no Rei; foi ele quem lhe confiou tais funções e lhe deu poderes para realizar um plano por ambos estudado, que podendo chamar-se de reforma da Assistência em Portugal, representa incontestavelmente a contribuição do nosso País para o Renascimento nas coisas da Saúde e do Bem Fazer (Saúde Pública e Segurança Social como hoje se crismou) e que, no meio das lutas políticas e religiosas, se estava a fazer então em toda a Europa, ante a indiferença dos grandes, dos poderosos e dos fortes, pois se destinava apenas aos pobres, aos fracos, aos doentes, aos infelizes, aos miseráveis. E, a par desse papel, ela desempenhou o de estimuladora e orientadora mesmo das Belas-Artes e da Cultura.

Só a traços largos toco na matéria, pois demasiado abusei já da paciência generosa de quem me escuta.

Mas vale a pena atentar nos factos e desenvolver o assunto, pois ele honra sobremaneira a Cidade de Lisboa e dois grandes *amigos de Lisboa* e de Portugal.

*

D. João casou, como vimos, com D. Leonor, em 1471. Tinha ele 16 e ela 13 anos. Só no ano seguinte passaram a viver juntos, nascendo-lhes, em 1475, o filho, que havia de morrer 16 anos depois.

De 1471 a 1495, durante 24 anos, é que decorreu, pois, a sua vida de casados. Em solteiro, D. João, segundo Garcia de Resende, «como homem mancebo que era, ainda que o esforço, saber e os cuidados eram de muito maior idade que a sua, todavia não podia negar o que a natureza dá, e aquilo a que geralmente os mancebos são mais inclinados, e algumas horas ia de noite fora, secreto, com uma ou duas pessoas a folgar em coisas de amores».

Pão, pão, queijo, queijo... O moço de escrivanhinha Resende não está com cerimónias, indicando-nos mesmo dois dos seus companheiros de noitadas, um deles D. Diogo de Almeida, Prior do Crato, e o outro D. Fernando de Mascarenhas, seu capitão dos ginetes e da guarda. Ia, cada vez com seu, as duas vezes em que teve de se haver com outros boémios que o atacaram à espada.

Independentemente disto que, evidentemente, não ficou escrutinado com pormenores nas crónicas, o Príncipe Perfeito teve a bem conhecida aventura com D. Ana de Menção, que deu, como era natural, grande escândalo na Corte, dada a categoria dos pais desta. A paixão começou em 1476, no Toro, quando D. João acudiu ao apelo do Pai, em meados de Fevereiro. O pequenino D. Afonso, filho do Príncipe, tinha, então, 9 meses e ficara com sua mãe em Lisboa.

Coisas «que a Natureza dá», como diria Garcia de Resende... Coisa foi ela que, depois de pormenores de lutas que não é aqui lugar de referir, nasceu, em 1481, um menino, que mesmo em pequenino

começou a ser tratado pela maioria dos autores pelo Senhor D. Jorge e com essa roda de senhoria mais do que outros e à falta de melhores títulos e talentos, figura na História. Aos 3 meses foi entregue pelo Pai aos cuidados da Tia, a Infanta D. Joana, no convento de Aveiro, e ali esteve até que esta morreu, com cheiro de santidade, em 1490, quando ele tinha 9 anos.

Ora o Senhor D. Jorge nasceu precisamente no mesmo mês em que lhe morreu o avô, D. Afonso V, em Agosto, e, no dia 31 deste mês, foi aclamado, como já recordámos, em Sintra, El-Rei D. João II, seu pai, sendo da tradição que este, desde então, não tornou a ter trato com D. Ana ou qualquer outra mulher que não fosse a sua, apesar de a sua virilidade em todos os negócios do Estado ser incontestável e excepcional enquanto reinou.

Teve, todavia, como era seu dever, as maiores atenções sempre para com a mãe do Senhor D. Jorge e mostrou por este um carinho fervoroso até morrer e que prolongou mesmo além da morte, nas suas disposições testamentárias, que o tornaram enquanto viveu um menino bonito, um verdadeiro felizardo, sendo geralmente considerado boa pessoa, apreciado e estimado pelo Rei D. Manuel de cuja coroa foi competidor de respeito, e pela própria Rainha atraçoada, por D. Leonor.

Quanto a D. Ana de Mendça, depois de ainda a haverem querido meter nas intrigas tecidas pelo Duque de Bragança e os seus sequazes e pela Rainha Isabel de Castela, recolheu, em 1508, ao Real Mosteiro de Santos, em Xabregas, de que veio a ser Comendadeira, durante 32 anos, sucedendo a sua Tia D. Violante Nogueira.

Era então o Senhor D. Jorge, Grão Mestre da Ordem de S. Tiago, incumbindo-lhe, por isso, a investidura da própria mãe. Conta-se que depois de a fazer se dispunha a beijar-lhe a mão, ao que ela se opôs. E, como ele insistisse, alegando que não era como Grão Mestre da Ordem a que ambos pertenciam, mas como filho que o pretendia fazer, ela respondeu-lhe:

« — Engana-se Vossa Alteza, porque eu nunca fui casada » (1).

*

Pode, agora, perguntar-se:

— D. João II e D. Leonor estimavam-se, na verdade? Há provas suficientes dessa estima?

— Em que colaboraram eles um com o outro a bem da Grei?

— Que modelos seguiram? Que existia já em Portugal e que influências portuguesas receberam, de pessoas ou instituições?

(1) Vid. *História tripartida*, por Frei Agostinho de Santa Maria — pág. 433 — cit. por Fernando de Castro da Silva Canedo — in *A descendência portuguesa del-Rei D. João II* — Expli-
cação prévia.

— Que instituições foram criadas ou planeadas por influência ou mandado de D. João II e D. Leonor? Em que contribuíram ambos para o Renascimento das Letras, das Artes e da Assistência?

*

As qualidades de D. Leonor já são referidas por D. Afonso V no contrato de casamento desta com o Príncipe seu filho, ao classificá-la de «ilustre e muito virtuosa». O sentimental Rei Africano quis que o filho seguisse o seu exemplo, casando com uma prima virtuosa e culta.

Mas o sogro podia gabar a noiva apenas por lhe querer bem. Gabaram-na igualmente, entre outros, Ruy de Pina, Garcia de Resende, D. João II, Frei Miguel Contreras, Damião de Góis, o loio Padre Jorge de S. Paulo, uma freira seiscentista, anónima, da Madre de Deus, Manuel de Faria, Pedro de Mariz, António de Vasconcelos, D. Rodrigo da Cunha, Duarte Nunes de Leão, Jorge Cardoso, o Marquez de Pombal e o Rei D. José, Almeida Garrett, Rodrigo da Fonseca, Alexandre Herculano, D. António da Costa, Ramalho Ortigão, Júlio de Castilho, Conde de Nova Goa, D. Luís de Castro, Francisco da Fonseca Benevides, Conde de Vila Franca, Pinheiro Chagas, Anselmo Braancamp Freire, Teófilo Braga, D. Carolina Michaelis de Vasconcelos, Maximiano de Lemos, D. António de Lancastre, Ricardo Jorge, Costa Goodolphim, Victor Ribeiro, Leite de Vasconcelos, Conde de Sabugosa, Angelo Ribeiro, Magalhães Basto, Júlio Dantas, António Matoso, Sousa Costa, Bento Carqueja, Pedro de Azevedo, Mário Gonçalves Viana, Reinaldo Santos, Silva Carvalho, João Ameal, Elaine Sainceau, Dr.^a Deolinda Margarida Ribeiro, etc.

Camilo Castelo Branco, num estudo leviano e insuficiente, à falta de documentação, fantasiou, dando lugar a que Anselmo Braancamp, numas crónicas que publicou por desfastio, como mais tarde confessou, ao dizer que essas crónicas eram «unicamente à l'usage des gens du monde» em vez de serem «de crítica histórica» duvidou das qualidades da Rainha, contra quem confessa que tinha um *parti pris*. Não seria este antes contra outra Rainha, que reinava na ocasião em que as escreveu, e por motivos que não são ignorados, contra D. Amélia e seu marido, o Rei D. Carlos?

Anselmo Braancamp — honra seja à sua memória — confessou mais tarde que se enganara nos seus juízos, que entretanto influíram também de modo decisivo em muitas afirmações não documentadas de Costa Cabral, Júlio Dantas e outros, que, aliás, o citam.

Além destes, outro escritor de categoria duvidou dessas qualidades. Foi Oliveira Martins. Mas esse tem sido julgado injustamente, visto que só nos deixou um esboço do seu estudo sobre D. João II, apenas completando um dos capítulos. Tudo leva a crer que ao redigir o seu juízo definitivo não iria manchar o seu prestígio de historiô-

grafo, desprezando documentos da época que desmentem de modo cabal as suas apreensões.

Na verdade, são completas e concludentes as provas sobre o carácter nobre da Rainha D. Leonor, inteligente, culta, activa, caritativa, organizadora, estimuladora de letrados, pintores, escultores, architectos, tipógrafos e outros artistas, entre os quais o duplamente admirável Gil Vicente, criador do nosso teatro, e ourives de tão raro engenho que foi capaz de levar a cabo a Custódia dos Jerónimos.

Mas a Rainha, que era boa para toda a gente e em particular para os pobres, em quem pouca gente pensa, foi *igualmente e sempre boa* para seu Marido. Não o julgou ele sempre assim? Só achava bom o que lhe apetecia e só achava boas as suas opiniões? Isso é próprio de todos os orgulhosos. Alguém de bom senso pode considerar como ódio, simples aversão ou até indiferença, o interesse vivo que outrem mostre para que alguém deixe de errar nos seus actos ou nas suas opiniões? Estranha conclusão seria essa, que levaria a interpretar como Nietzsche, as *Obras de Misericórdia* ao contrário, como um malefício. Pobre de quem depender de gente com tal critério, que julgue a piedade como um sentimento inferior! D. Leonor teve grandes angústias na sua vida de casada e discutiu com o marido mais duma vez por motivos que só honram a sua memória, por ele a ter esquecido ao ligar-se a D. Ana de Mendoça e devido à crueldade com que castigou alguns conspiradores, antes de lhe mostrar os depoimentos de testemunhas e as próprias confissões de um ou outro. Quem é que se convence que ela continuasse a viver com o marido se ele lhe não mostrasse que a morte traiçoeira de seu irmão, o Duque de Viseu, fora merecida e que este colaborara com o Duque de Bragança e a Rainha Isabel numa conjura que vitimaria não só D. João mas o Príncipe D. Afonso, filho de ambos!

*

Quanto às provas de respeito dele, de D. João II, por sua Mulher, estas são múltiplas, embora entrecortadas por impulsos, de vez em quando, devidos ao temperamento impetuoso do Rei.

Qual é o casal que vive 24 anos sem ter discussões? Qual a família na qual um ou mais membros, de tempos a tempos, não toma atitudes com que um dos cônjuges concorda e outro não? Quantos amigos verdadeiros da casa e até pessoas de família íntimas e boas, não criam, de tempos a tempos, incompatibilidades com um dos membros dum casal, sem cortarem as relações com o outro?

O mal de alguns críticos está em tirarem conclusões antes de documentados e, quando a documentação lhes chega às mãos, por orgulho, manteram a opinião precipitada em vez de confessarem honradamente o seu erro, como fizeram Anselmo Braancamp e Júlio Dantas.

Quem se lembrará de ir acusar D. João de desprezar ou detestar a Rainha, sua Mulher, lá porque teve uma paixão e desta resultou um filho? Tendo-o, e havendo-lhe morrido o único filho legítimo inesperadamente, e não sendo provável, devido a doença, que D. Leonor lhe desse outro, que admira que o Príncipe Perfeito haja empregado todos os esforços para ele lhe suceder, apesar de estimar o cunhado D. Manuel, que nunca conspirou?

Mas que admira que a Rainha, que aliás estimou sempre o inocente Senhor D. Jorge, e o educou com o seu próprio filho, na Corte, a seguir à morte da Infanta Santa Joana, tenha ficado scandalizada quando o marido lho tirou da Corte para o educar noutra sítio, depois do desastre que vitimou o Infante D. Afonso? O Rei tivera a intenção de poupar a Rainha ao espinho que representaria a sua presença ali depois do desaparecimento trágico do irmão. Mas a Rainha interpretou, com alguma lógica, as coisas de outro modo. Não terá havido intriguistas que a convencessem disso?

A verdade é que, quer com palavras escritas em documentos oficiais, em vários anos durante os quais eles discutiram múltiplos problemas, quer em atitudes, acudindo para a livrar do toiro fugido, correndo pressuroso, apesar de doente, para ir a Setúbal visitá-la, ao sabê-la em perigo de vida, quer noutras ocasiões em que esteve doente, como em 1483 ao ter um aborto em Almeirim e em 1490, ao celebrar-se o casamento do filho e em que ela adoeceu súbitamente, sempre D. João mostrou claramente a sua estima carinhosa pela Esposa, mesmo quando andava preocupado com as coisas da governança.

Por sinal que é estranho que se hajam levantado lendas a respeito da morte de D. João II, supondo-a devida a envenenamento, e não a respeito de mais duma doença súbita e às vezes grave de sua mulher, de que os cronistas não nos dão, como deram no caso do *movito* de Almeirim, o diagnóstico, nem elementos para o fazer.

Nem se lembraram de que o filho podia ter caído do cavalo abaixo pelo mesmo processo que D. João II quis usar para atirar com o Cardeal de Alpedrinha ao rio, quando ambos cavalgavam a par e levou aquele a ir para Roma para evitar novo passeio com tal companheiro. D. João II irritou-se com o pranto dela depois da morte do Duque de Viseu. Mas esquecemo-nos das suas múltiplas irritações, de que já referimos a que o levou a não deixar de arrepelar o cabelo ao seu pagem, apesar da urgência que exigia enfrentar o toiro fugido...

Que diremos das suas ameaças e insolências para com a irmã por ela não querer casar, e teimar em ir para o Convento de Aveiro, motivadas pela sua preocupação constante, já então, de haver herdeiros de sobejo da coroa de Portugal, para garantir a sua independência, tão hostilizada pelos Reis Católicos...

Seria um nunca acabar de argumentos e provas. Mas basta de abusar da paciência de quem me escuta.

Para terminar este «a propósito de D. João II» vou fazer algumas afirmações, umas do domínio público, outras que estou pronto a documentar se for preciso, onde e quando o desejar qualquer céptico.

I

D. João II foi, sem dúvida, um dos melhores Reis da nossa História, em mais de um ponto ainda hoje modelar. A sua inteligência, cultura, vontade e acção foram notáveis, como notáveis foram as suas vistas largas. Fiel à memória de seu Avô, D. Pedro, e ao programa de expansão da Pátria do Tio-avô D. Henrique, foi um político da sua época, com as qualidades e defeitos correspondentes.

Pela brandura e leviandade do seu antecessor, o valente e culto D. Afonso V, seu pai, os nobres, mal orientados pelo Duque de Bragança, com pouca inteligência e muita ambição, excitados pelos Reis Católicos, ficaram chocados com a mudança brusca e pela mão forte que passara a empunhar o leme da governação de Portugal. D. João II combateu a conjura por todos os meios, primeiro com conselhos, depois pela manha e com a espionagem e, por fim, violentamente, cruelmente mesmo, por vezes. Que lhe atirem pedras, entretanto, os que algum dia se encontraram em situações semelhantes.

Morto o filho e desiludido de conseguir ter outro legítimo, a sua esperança voltou-se para o bastardo. Mas, depois de ter lutado em vão, acabou por ceder e nomear seu sucessor quem sua dedicada, leal, inteligente e culta mulher lhe indicou, seu cunhado e Primo D. Manuel.

E pediu, lúcida e conscientemente, perdão por escrito antes de morrer às três pessoas que mais haviam combatido a candidatura do Senhor D. Jorge — a Rainha D. Leonor, sua mãe, a Infanta D. Beatriz e o Cardeal de Alpedrinha.

E, depois de se reconciliar com sua mulher, porque evidentemente não tinha outros motivos de queixa dela, partiu para Monchique, não o acompanhando esta por estar doente.

Sofria o Rei duma grave nefrite crónica, com uremia, agravada ainda mais com o abuso da alimentação cárnea constante e complicada com a imprudência de, enquanto estava a tomar os banhos e apesar do tempo estar frio, se expor a este para assistir a uma caçada aos javalis. Houve quem suspeitasse que morrera devido a veneno. Está mais que provado que tal não sucedeu e, se acaso algum dia lhe deram qualquer tóxico, nunca isso se demonstrou e os argumentos, de palavras apenas, não resistem à crítica séria.

Do que ele apresentava sinais incontestáveis desde há muito e até morrer, era de uremia e por isso sucumbiu na tarde de Domingo, 25 de Outubro de 1495.

II

Sua mulher, digna «parceyra» do marido, educada como ele no culto pelos do seu sangue, conhecedora dos princípios ensinados no *Leal Conselheiro* por seu Avô, no *Livro da Virtuosa Benfeitoria* de seu Tio-Avô D. Pedro e em tantos e tantos outros da Livraria do Rei D. Afonso V e da sua própria, que contava, pelo menos, duzentos e trinta e um livros, foi quem, a seu lado, tomou a si uma verdadeira Reforma da Assistência, que podemos considerar como o contributo de Portugal para o *Renascimento no Campo da Assistência*, da Caridade prática, ao mesmo tempo que mandava vir da Alemanha impressores que estamparam os primeiros livros no nosso País, e estimulou, a par dos primeiros passos da Imprensa, alguns pintores, architectos, imaginários, etc., criou, mandou construir à sua custa e dirigiu pessoalmente, durante o primeiro ano, o seu Hospital das Caldas, o mais antigo hospital termal do Mundo, dando-lhe um Regulamento ou Compromisso modelar, seguindo as melhores normas então conhecidas, mas com características próprias, aproveitando-se iguais modelos para o Regimento do Hospital de Todos os Santos, que reunia 43 hospitais de Lisboa e arredores, da iniciativa de seu marido; estudou o grave problema da miséria, intensificada pela morte de muitos navegadores e guerreiros da nossa Cruzada das Descobertas, de onde resultou, 3 anos após o falecimento de seu marido, a criação duma nova *Irmandade e Confraria*, a de *Nossa Senhora da Misericórdia*, aperfeiçoando as antigas e com uma organização modelar.

Desempenhou, assim, no reinado de seu marido o papel dum verdadeiro Secretário de Estado da Saúde, da Assistência, das Letras e Belas-Artes. Há cartas dela referentes à defesa da saúde de Lisboa, onde, como se sabe, a peste grassou durante todo o reinado de D. João, pois durou desde 1477 a 1496, aparecendo de vez em quando também em Évora, Aveiro, Porto, Guimarães e outras terras, como grassou o tifo exantemático (*tabardilho*) quando entraram em Portugal os 83.000 judeus expulsos de Espanha. As medidas tomadas por D. João II para combater a peste foram notáveis, devendo-se-lhe o Regulamento do Físico-Mór, cargo que correspondia ao do actual Director Geral de Saúde, a execução de medidas de saneamento de esgotos, obrigatoriedade de todos trabalharem de graça para combater a epidemia, salvo os mestres, a construção de hospitais de isolamento (a que chamavam *casas da saúde*), do primeiro lazareto português, para isolar os viajantes marítimos suspeitos, em Belém, medidas várias de desinfecção e desinfestação utilizadas na época, como fogueiras de alecrim, uso de vinagre, banhos aos doentes, a par dos sinais postos nas portas

dos pestosos que estavam isolados nas próprias casas, da fuga da população em massa das povoações empestadas, fazendo-se, depois, vaguear por lá rebanhos de carneiros, ignorando-se então o pormenor de a peste ser transmitida pelas pulgas dos ratos, pulgas que eram atraídas pelos carneiros, mas estando provado pela experiência que tal medida fazia baixar a frequência da peste.

No Hospital das Caldas houve, pela primeira vez em Portugal, um médico privativo e consulta médica obrigatória como havia farmácia, o que igualmente houve depois no de Todos os Santos. Na verdade, os assuntos da Saúde, como os da Assistência, em todas as suas formas, preocuparam tanto a Rainha D. Leonor como El-Rei D. João II, a par das Letras e das Belas-Artes.

III

Os pioneiros desta acção foram El-Rei D. Duarte no *Leal Conselheiro*, o Infante D. Pedro na *Virtuosa Benfeitoria* e na Carta que da Flandres mandou a D. Duarte durante a viagem que fez pela Europa, à Flandres, França, Inglaterra, Alemanha, Hungria e Itália, e, talvez a Constantinopla e Cairo, carta em que criticava àzperamente a péssima administração de muitas instituições portuguesas, o que as levava à destruição.

Encontram-se neles os germes de muita ideia sobre assistência aos desgraçados e estímulo à criação de instituições.

D. Afonso V ainda tentou fazer algumas coisas, entre as quais construir um hospital no sítio onde depois D. Leonor fundou o Hospital das Caldas, e levou por diante as medidas que evitaram abusos dos trinitários e de outras ordens religiosas, tirando àqueles o exclusivo de pedirem para a remissão de cativos e aos de Rocamador a influência em hospitais.

IV

Quanto aos modelos utilizados, D. João II determinou no seu testamento que se seguissem, quanto possível, no Hospital de Todos os Santos, os modelos de Florença e Siena.

Ora quem ler os regulamentos do Hospital de Santa Maria de Siena, datado, um deles, de 1305, e os comparar com o de Santa Maria Nova de Florença, criado em 1285 por Portinari, pai da doce Beatriz do Dante, reformado entre 1531 e 1537 por Alexandre de Medicis⁽¹⁾ e aproveitado em 1524 por Henrique VIII para lhe servir de modelo ao reorganizar os hospitais de Londres, vê bem que a von-

(1) Uma troca de datas, devida a um lapso tipográfico, induziu-nos há anos, em erro que nos levou a julgarmos que a reforma de Alexandre de Médicis era anterior a 1524.

tade do Príncipe Perfeito foi respeitada, não só no hospital de Lisboa, mas no das Caldas. Com efeito, sabe-se que uma reforma mantém sempre muita coisa — em geral, o mais importante — das disposições anteriores e neste caso temos, para comparação, o regulamento de Siena.

Quem deve ter fornecido a D. Leonor os dados para poder ser cumprido o desejo do marido foi o Cardeal de Alpedrinha, a cuja competência em matéria de hospitais faz referência o Papa ao confiar-lhe a reforma do Hospício de Santo António dos Portugueses de Roma, e que colaborou no Compromisso do Hospital das Caldas, o que garantia o bom critério a adoptar no caso especial daquele tipo de casa de hospitalidade.

Outros modelos de hospitais da época? Havia-os em Roma, Venesa, Paris, Tonerre, Beaune, Londres, Burgos, Sevilha, Toledo, etc., etc., cidades com as quais Portugal, naquela época, teve muitas relações diplomáticas, comerciais, religiosas ou outras.

Mas o de Todos os Santos ficou sendo, depois, um dos melhores da Europa.

V

De tudo isto e de muito mais que ficou por dizer podemos concluir que o casal formado por D. João II e D. Leonor, inteligentemente idealizado por D. Afonso V, é inseparável na História. Criados e educados juntos, com o máximo requinte que foi alcançado na escola da ínclita geração, a inteligência, cultura, vistas largas, qualidades criadoras, nobresa, força de vontade, amor de Deus e amor da Pátria, acção e obra planeada e realizada, estiveram sempre num a par do outro.

As divergências que, num ou outro ponto, ora em matéria de sentimentos humanos, legítimos em D. Leonor, ora em matéria de política, compreensíveis em D. João II, embora levando este a excessos ou crueldades, por vezes, na convicção sincera e séria de assim melhor servir a Grei, essas divergências, não impediram o Rei de castigar com justiça, embora duramente, os que realmente tinham prevaricado, nem a Rainha de manter e levar por diante o plano, traçado com a constante colaboração de seu marido. Acabou por se resolver em geral o que era mais justo, mais útil à Pátria, mais nobre e honroso para a Humanidade.

Por isso, agora, que passaram 5 séculos depois do nascimento de ambos, ao celebrar-se, com o intervalo de 3 anos, o centenário dos dois é justo que — conforme a sugestão do Sr. Comandante Jaime do Inso — seja erguido por Portugal agradecido um monumento de bronze ao mais notável casal régio da nossa História, a par do de D. Diniz e Rainha Santa, como gratidão consciente da nossa geração e exemplo aos casais vindouros — mais notável do que o Casal inseparável, também na História, de Fernando e Isabel.

Documentos Inéditos

Colhidos nos apontamentos de

Um Cronista Franciscano

por FERREIRA DE ANDRADE

(Continuação)

Outro depoimento valioso é a carta publicada por Baltasar Osório ⁽¹⁸⁾ na qual um fidalgo espanhol narra os feitos do sismo, e classifica-o de «muy espantoso e estraño» e o «mas temeroso que nunca se vido». No relato de Frei António do Espírito Santo ⁽¹⁹⁾ lê-se:

«A mayor impressão foy na corte de Lixboa e seus contornos em q^m desgraçadamente foram tantas as mortes q̃ noticias affirmão, serem duas mil pessoas.»

Influenciado ainda pelas várias referências às causas deste terremoto, o frade cascalense escreve:

«Não sey se a obstinação judayca, q̃ tanta mal^{de} tinha então, neste Reyno e em todos seus comercios veneráveis, occasionava ester todos deploráveis precipícios; ou se a protervia eclética naquele lastimoso successo q^{do} hum infernal Hereje arrebatou com furia hua hostia consagrada das mãos do Sacerdote na Capella Real.»

Noutro período do manuscrito acrescenta o frade ainda esta nota: «Na cidade destruiu mais de 1.500 casas dando sepultura de graça a quantos a habitavam», no que confirma, em absoluto, o que nos diz

⁽¹⁸⁾ *O Terremoto de Lisboa de 1531.*

⁽¹⁹⁾ Cita à margem a obra de onde colheu a notícia: *Far. Sup. P. 2.*

Moreira de Mendonça, donde se pode inferir que as fontes consultadas foram as mesmas. Do mesmo modo coincidem as informações de Frei António do Espírito Santo quanto ao abalo que Lisboa sofreu no dia 28 de Janeiro de 1551 com as que correm impressas. Escreve aquele carmelita: «vieram a terra algumas duzentas moradas e morrerão mais de mil pessoas; sobreveio a peste».

O mesmo, porém, não acontece quanto ao terremoto que Frei António indica no ano de 1570 ⁽²⁰⁾ e que não encontramos referendado em qualquer outro documento, com excepção de Moreira de Mendonça que somente fala dele noutros países e não que se tivesse sentido em Portugal. No entanto pode ler-se na descrição do frade carmelita a seguinte referência a este sismo:

«Aloyo e demolio gr^{de} número de cazas por muitas partes, fora e dentro de Lixboa e subverteu multiplicada gente em diversos destritos.»

E a seguir escreve:

«Não achey terremotos nos reinados Filipicos; quiça porque o seu governo de cada um foi um terremoto político.»

Mas não. Embora sem consequências calamitosas vários outros documentos referem-se aos que se sentiram nos nos anos de 1589 ⁽²¹⁾, 1620 ⁽²²⁾ e 1621 ⁽²³⁾. Preferiu Frei António não os citar ou desconhecia-os?

Os terremotos de 1699 e de 1724 são somente anotados por Frei António do Espírito Santo à margem das laudas onde escrevia.

No século XVIII cita, contudo, ainda mais dois. Do de 1704, diz ter sido também em dia de S. Bartolomeu, terremoto este que igualmente não vemos mencionado noutro qualquer documento. No entanto, decerto baseado em fonte que houve por fidedigna, ele acrescenta:

«Principia em Lisboa pela costa esquerda do Tejo e correu furiosamente por toda ela acima, estragou aquela beira mar horrivelmente. Não houve quinta q̄ não chorasse o estrago em seus muros e casas, nem fazendas que não sentissem o destroço em suas árvores e Pomares.»

⁽²⁰⁾ À margem escreveu: *Far. Europ. Tomo 2.º*

⁽²¹⁾ *Revista Popular*, tomo II, e Codice 1772 do F. G.

⁽²²⁾ *Códice 1772 cit.*

⁽²³⁾ *Ibidem.*

Deste terremoto, que Frei António diz ter sentido na aldeia de A-dos-Calvos onde se abriu «toda a capela mor da igreja» não nos fala, porém, como era natural, o minucioso autor das *Memórias* referentes aos anos de 1680 a 1716, manuscrito que pertence a um dos códices da Biblioteca Nacional de Lisboa ⁽²⁴⁾, nem ainda o memorialista José Soares da Silva na sua *Gazeta em Forma de Carta* ⁽²⁵⁾.

Depois de citar, à margem, o terremoto de 12 de Outubro de 1724, qua alguns documentos dão como «muito vigoroso», fala-nos ainda que em 1736 houve «trágicas inundações de perenes chuvas e enchentes do Tejo em Lisboa abrindo-se a terra em parte nas infaustas e medonhas bocas com seus tremores».

«E agora — prossegue no seu relato Frei António — se seguirá o non plus ultra da magoa e chega já a hyperbole de todo o mayor sentimento».

Não foi Frei António do Espírito Santo testemunha do grande terremoto de setecentos na cidade de Lisboa, mas sim, como nos referimos, em Cascais. Do extenso e pormenorizado documento nada mais interessa extrair como subsídio para a bibliografia olisiponense.

Há, no entanto, ainda, um pormenor a que devemos dar crédito e importa anotá-lo, dadas as manifestas contradições que ainda se verificam quanto à hora de início e tempo de duração do primeiro abalo desse dia primeiro de Novembro. À pergunta que lhe é formulada responde categoricamente, sem qualquer hesitação, o frade carmelita: «às nove horas e hum quarto da manhã justamente, vistas por mim então todo assombrado na sombra de hum relógio de sol, bem situado. E durou pouco mais de hum meyo quarto em sua força, até nove minutos. E a seguir contesta a hora a que, «segundo corre impressa» — às nove e três quartos — teve início o cataclismo e insiste: «mas o certo he q̃ em Cascais foy justam^{te} às 9 e hum quarto pelo curso do sol».

Moreira de Mendonça diz-nos que o início do primeiro abalo foi «pouco depois das nove horas e meia da manhã, estando o Barometro em 27 polegadas e 7 linhas e Termometro de Reaumur em 14 graus acima do gelo». Afirma que durou 6 para 7 minutos. Idêntica opinião se encontra no manuscrito publicado há pouco tempo pela Senhora D. Maria Teresa de Andrade e Sousa ⁽²⁶⁾. Escreve o autor anónimo desse curioso

⁽²⁴⁾ Publicado pelo Dr. António Machado de Faria no vol. II da Obra *Lisboa e seu Termo* (Ass. dos Arq. Port.).

⁽²⁵⁾ Publicação das edições Miscelanea — 1931.

⁽²⁶⁾ *Subsídio para o estudo do Terremoto de Lisboa de 1755 — 1955.*

documento: «Herão nove horas e meya com pouca deferença». Citam igualmente as 9 horas e meia: o autor do *Theatro Lamentável; Relaçam Verdadeiras*, etc. (27) e Jácome Rattton nas suas *Recordacoens*. Outros como o P.^e Teodoro de Almeida (28) e a Rainha D. Mariana Vitória, em carta para sua Mãe (29), indicam as nove e três quartos. Diferentes são, porém, as horas mencionadas em alguns Relatos então escritos, que citam as nove e vinte (30). Outros escritores e epistológrafos dão-nos versões diversas: às nove e tinta e seis minutos (31), às dez para as dez (32) e às nove e quatro minutos (33).

Finalmente, num curiosíssimo manuscrito, há pouco tornado conhecido pelo distinto escritor Dr. Caetano Beirão (34), o seu autor confirma a hora que nos cita o memorialista de Cascais: «deram os três quartos para as dez».

Sobre a repetição dos abalos sísmicos igualmente Frei António algo nos elucida:

«Tem repetido quasi todos os dias e quasi todas as noytes. Não com a mesma intensão: mas huns mais pequenos q.^e outros. Vay por sete vezes q.^e continuão sempre os terremotos. Nunca vem do Norte: vem sempre do p.^{to} do Sul, e do mar p.^a a terra... Por todos os dias de Novembro houve grandes terremotos (35)... Porem o terremoto do dia de S. Tomé, às 7 horas da manhã, foy irmão do primeyro, e em tudo semelhante. Na noyte de Natal, cantando-se Marinas, houve outro mui disforme no Te Deum Laudamus.»

Prossegue depois no relato dos que se seguiram e cita os terremotos «do dia seguinte ao de Reys», de 17 de Março («foy grande e tempestade») e 19, 28 e 30 do mesmo mês (neste dia houve dois, um às 9 horas da manhã e outro às 7 da tarde). No mês de Abril, depois do que houve no dia 1 («horrendo») enumera os que se sentiram também em Cascais: 5, 23, 25, 26, 27 e 30, este «com hum grande fragor». Informa-nos ainda Frei António que estes abalos continuaram por todo o mês de Maio.

(27) Coimbra, 1756.

(28) *Lisboa Destruída*. É ainda o autor do manuscrito da B. N. L. (F. G. 8604).

(29) Dr. Caetano Beirão, *Panorama*, n.º 1 - III série.

(30) *Relation abrégée du Tremblement de terre* in *O Terremoto de 1755*, etc. de Ângelo Pereira e *Relation historique du Tremblement de Terre* (1756).

(31) *Relation abrégée*.

(32) Carta citada pelo Dr. Caetano Beirão (ob. cit.).

(33) *Memórias das principais Providências*, Amador Patrício.

(34) ob. cit.

(35) Moreira de Mendonça (ob. cit.) também nos informa que nos oito dias seguintes ao primeiro de Novembro *sempre houve repetidos terremotos*.

Num outro passo da sua narrativa, o nosso minucioso memorialista — ainda a propósito do terremoto de 1755 — refere-se encomiásticamente à cidade de Lisboa. São dele estas palavras:

«Lisboa, aquella corte florescente, Lixboa a Perola do Mundo, ou a pedra do anel do Orbe, como lhe chamão os Autores: Lixboa, o mundo abreviado, e p.^a quem concorre o Ceo, a terra, o mar, e o mundo todo, como dice o gr.^de Vicyra; e excede na Agia a Pechim, na Arrica a Cartago, na Europa a Roma e na America a q.^{to} há, situada no meyo signo de Áries, recebendo os seus mais benignos influxos; Lixboa em fim (e nisto se diz tudo) já há hé dezerto sem corte, e sem Rey huã soledade, hua terra saqueada; e sem esplendor, nem magestade, huã ficção quimerica: reduyida a hum triste montão de pedras e à hua fria caveyre de dez enganos. Parece q.^e se guardou p.^a agora, aquella maldição da Raynha D. Leonor: q.^e elle a visse ainda abrayada, e cuberta de sal...»

ALGUMAS NOTÍCIAS DE LISBOA

Como já aludimos, Frei Vicente Salgado, que Inocêncio nos diz ter sido discípulo do sábio Frei Manuel do Cenáculo e estudado paleografia com o Padre José Pereira, anotava e copiava meticulosamente todas as notícias e documentos de que tinha conhecimento. Sem ordem cronológica alguma ou mesmo sem propósito de catalogar assuntos, o estudioso e culto franciscano colecionou, porém, na jornada da sua longa existência ⁽³⁷⁾ uma série imensa de manuscritos, originais uns cópias outros, tais que, quando não podia adquirir aqueles não se poupava ao trabalho de os copiar. A esses documentos Frei Vicente Salgado junta amplos apontamentos ou simples curiosidades que se lhe deparavam. Profundo conhecedor «das antiguidades nacionais e da sua ordem, tornando-as uma e outra assunto de sua predilecção» ⁽³⁷⁾, não se preocupava, repetimos, o cronista, a arquivar somente documentos históricos. Um que outro episódio anedótico, uma simples curiosidade de política da época, versos, notícias da cidade de Lisboa ou mesmo de outras terras do País, em cujos Conventos habitou — Coimbra, Arraiolos, Viana do Alentejo, Évora, Silves, etc. — tudo lhe servia para formar os seus *Papeis Velhos* que, depois talvez ele próprio encadernava.

(Continua)

⁽³⁶⁾ Faleceu com 70 anos de idade, no convento de Nossa Senhora de Jesus, a 30 de Abril de 1802.

⁽³⁷⁾ *Dicionário de Inocêncio*.

ACTIVIDADE CULTURAL

no Trimestre Passado

No segundo trimestre de 1956 foram as seguintes as nossas actividades culturais:

A 15 de Abril, recepção na séde aos representantes das agremiações regionalistas existentes em Lisboa que, como se refere no n.º 74, vieram saudar o Grupo pela passagem do seu 20.º aniversário e entregar uma mensagem em pergaminho iluminado e uma taça de prata comemorativa.

A 19, como também se refere no número anterior de «OLISIPO», realizou-se na séde a sessão de encerramento das comemorações do nosso 20.º aniversário.

A 26, realizou-se a 7.ª sessão dos «Colóquios Olisiponenses», tendo usado da palavra os sócios dr. Amadeu Ferreira de Almeida, que falou sobre: «As igrejas de Lisboa carecem de vitrais»; Eduardo Portugal, que falou sobre: «Lisboa nos desenhos de Gonzaga Pereira», tendo, a propósito, feito uma pequena exposição de fotos de alguns desenhos de Gonzaga Pereira; Dr. Luciano Ribeiro, que falou: «Sobre a Casa da Índia», aludindo à sua situação e local, e o coronel Mário Xavier de Brito, que falou sobre: «Alguns aspectos do desenvolvimento de Lisboa», tendo apresentado algumas plantas da sua autoria.

A 29, e para terminar as comemorações do nosso 20.º aniversário, em colaboração com a Câmara Municipal de Sintra, o Grupo deslocou-se a Massamá, onde, em 4 autocarros e vários automóveis, cerca de 300 sócios e pessoas de suas famílias, acompanhados pelos membros da Junta Directiva, srs. Gustavo de Matos Sequeira, Dr. Eduardo Neves, Hugo Raposo, Prof. Doutor Raul de Carvalho e pelos membros da Secção Cultural, srs. José Francisco de Oliveira, Mário Costa e outros, assistiram ao auto da recolocação dum Marco

do termo de Lisboa, tendo presidido à sessão, o Dr. Moreira Baptista, Presidente da Câmara Municipal de Sintra, secretariado pelo Vice-Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, sr. Luís Pastor de Macedo e pelo nosso Vice-Presidente.

Usaram da palavra o Prof. Doutor Joaquim Fontes, da nossa Junta Directiva e vereador do Pelouro Cultural da Câmara Municipal de Sintra, o Vice-Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, e Gustavo de Matos Sequeira, tendo todos aludido à importância do facto e ao arranjo do local, cometido ao arq. sr. Paulo Cunha. O nosso Secretário-Geral agradeceu o convite feito aos «Amigos de Lisboa», indo depois os presentes visitar as necrópoles dolmênicas do Monte Abraão, a propósito do que o Prof. Dr. Joaquim Fontes fez uma interessante palestra.

Destas cerimónias, publicou o último número de «OLISIPO» duas fotografias.

Em Maio, a 5, abriu, na séde, uma exposição de aguarelas da nossa consócia sr.^a D. Berta Borges, que foi bastante visitada e de que a expositora deixou, para as salas do Grupo, uma das obras expostas: «Entrada de Quinta», na Rua da Escola Politécnica.

No domingo 6, grande número de sócios visitou as Oficinas de S. José, onde, sob a direcção do seu Director, o Rev.^o Padre Armando da Costa Monteiro, foram os «Amigos de Lisboa» recebidos pelos internados, com a sua *banda*, que executou alguns números de música e pelo Director que cumprimentou os visitantes, tendo agradecido o Secretário-Geral que, acompanhado pelo Director-Tesoureiro, Alfredo Ferreira do Nascimento, e outros membros dos Corpos Gerentes, se associaram à visita.

A 17, realizou-se na séde, integrada na Semana do Ultramar, organização da Sociedade de Geografia de Lisboa, uma conferência do nosso consócio sr. Coronel José Ribeiro da Costa Júnior, sobre: «O Império Português e a sua Capital», sessão em que tomaram parte na mesa, os srs. General Carvalho Viegas e Comandante João de Figueiredo, que representava a Sociedade de Geografia.

No domingo, 20, deslocaram-se os «Amigos de Lisboa» à Casa das Beiras, para agradecer a homenagem das Casas Regionais de Lisboa. Os Corpos Gerentes da Casa das Beiras, tendo à frente o Presidente do seu Concelho Regional, Dr. Jaime Lopes Dias, o Presidente da sua Direcção. Sr. eng. Estêvam da Silva e o seu Secretário-Geral, Sr. Dr. Vasconcelos de Carvalho, acompanhados dos representantes de outras Casas Regionais, entre elas, a Casa do Algarve, a Casa da Madeira e outras, receberam os numerosos visitantes, cujas saudações e agradecimentos foram endereçados pelo Secretário-Geral em nome da Junta Directiva e retribuídos pelo Dr. Jaime Lopes Dias. Seguiu-se um «Porto de Honra», em que usaram da palavra os dois oradores anteriores, o Major Sr. Mateus Moreno, pela Casa do Algarve, o representante da Casa da Madeira e Matos Sequeira, que a todos



Na Câmara Municipal de Santarém



No palco da Casa do Campino

saudou num improviso elegante, agradecendo as saudações que por todos lhe foram dirigidas.

Na semana que se seguiu, a 24 de Maio, realizou-se a Feira do Livro, onde o Grupo, como de costume, esteve representado.

No mesmo dia realizou-se à noite, na séde, a 8.^a sessão dos Colóquios Orlisiponenses, tendo usado da palavra o Dr. Eduardo Neves, que presidiu e saudou Matos Sequeira a propósito da concessão que lhe foi feita do Prémio «Júlio de Castilho, 1955», e que apresentou exemplares de gravuras da autoria do gravador Manuel Marques de Aguiar, sendo uma o Ex-Museum do Museu Botânico da Ajuda e outra uma panorâmica da cidade do Porto a maior gravura portuguesa em chapa de cobre, exemplares raros dos fins do Século XVIII. Mário Costa, que dissertou sobre «O balão do Arsenal e o tiro da Politécnica», sinais horários hoje desaparecidos, trabalho que se publica neste número.

Usou também da palavra, o sr. Dr. Amadeu Ferreira de Almeida, falando sobre: «Os sinos e as cidades», aludindo às suas características, a propósito do que Matos Sequeira se referiu aos sinos de Lisboa da época de D. João V, com larga cópia de informações. O Secretário-Geral encerrou a sessão, aludindo, a propósito, a uns versos humorísticos acerca de vozes dos sinos de Lisboa, particularmente da Baixa.

No domingo, 27, cerca de duzentas pessoas deslocaram-se a Cacilhas, em visita de estudo à Fábrica depuradora de óleo de fígados de bacalhau, da Cooperativa dos Armadores de Navios de Pesca do Bacalhau. Esta visita, devida à interferência amável do Vereador de Lisboa, sr. Luís Rosa, foi dirigida pelos srs. Dr. António Amoroso e Abílio Ramos, directores do estabelecimento. Os visitantes, acompanhados do Secretário-Geral e Director-Tesoureiro, não só apreciaram as moderníssimas instalações fabris, como gozaram, do magnífico panorama da cidade.

Em Junho, por motivo de doença do expositor, não se realizou a anunciada exposição de silhuetas da autoria do nosso consócio sr. Dr. José Garrido Mendes da Cruz, e, em 10 de Maio, deslocaram-se a Santarém, cerca de 300 pessoas, que em quatro autocarros e vários automóveis, visitaram a Feira do Ribatejo, onde foram recebidos pelo nosso consócio, sr. Capitão Júlio da Costa Pinto e pela Comissão da Feira, representada pelos srs. Celestino Graça e o Redactor regionalista do «Diário de Notícias», sr. Armando Boaventura.

Os visitantes, acompanhados pelos membros da Junta Directiva, srs. Gustavo de Matos Sequeira, Dr. Eduardo Neves e Hugo Raposo e pelos membros dos Corpos Gerentes, srs. José Francisco de Oliveira, Higinio Nunes da Silva, Dr. Roberto Sarmento, Mário Costa e outros, almoçaram na Casa do Campino, onde Celestino Graça lhes apresentou cumprimentos e fez exhibir vários ranchos folclóricos do Ribatejo. Os visitantes assistiram à corrida dos campinos, visitaram a Feira e à



Almoço na Casa do Campino



Os dirigentes do Grupo agradecem a colaboração folclórica

tarde foram recebidos no novo edifício da Câmara Municipal de Santarém — o Palácio do Infantado — dos fins do século XVII, pelo Presidente da Câmara de Santarém, o Sr. Dr. Jacob Pinto Correia, que no salão nobre, saudou os «Amigos de Lisboa», em nome dos quais agradeceu o sr. Gustavo de Matos Sequeira.

Desta visita de estudo, que a todos deixou as melhores impressões, publicam-se várias fotografias, e a ela se referiu largamente a Imprensa, particularmente o «Diário de Notícias» e a «Vida Rural».

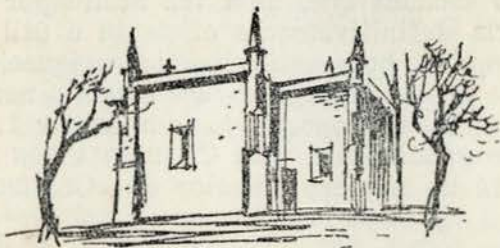


A mais velha componente de um dos Ranchos

A 16 de Junho, o nosso consócio e Director Proprietário do Laboratório Sanitas, Sr. Dr. Francisco Cortez Pinto, acompanhado do Sr. Horácio Pimentel e outros colaboradores recebeu cerca de uma centena de «Amigos de Lisboa» que, acompanhados pelos Drs. Eduardo Neves e Roberto Sarmiento visitaram as magníficas instalações fabris da Rua D. João V. Esta deslocação foi dirigida pelo Dr. Cortez Pinto que antes e depois da visita, que foi encerrada com um «Porto de Honra», saudou os visitantes, palavras que foram agradecidas pelo Secretário-Geral que focou o facto deste Laboratório honrar sobremaneira a Indústria Nacional e a nossa cidade.

No dia 21, na séde, realizou-se a 9.^a sessão dos Colóquios Olisiponenses em que o nosso consócio Prof. Dr. Costa Sacadura se referiu a: «Uma tabuleta de médico que não paga imposto camarário», alusão à tabuleta que ainda hoje se exhibe, gravada em pedra, na Rua do Alecrim, do falecido oftalmologista Dr. Mascaró, e a nossa consócia Sr.^a D. Guida Keil, que dissertou elegantemente a propósito do seu antepassado o cenógrafo José Cinatti, tendo feito uma pequena exposição iconográfica ao mesmo referente.

E. N.



A Campanha dos 20

TRANSCREVE-SE a seguir, integralmente, a proposta que, na passagem do 20.º aniversário do Grupo «Amigos de Lisboa», nos foi feita por 20 sócios, visando uma contribuição extraordinária e acidental, de 20 escudos que, uma vez aceite por todos os nossos associados, tornaria definitivamente eficiente e útil a nossa Biblioteca e o nosso Arquivo, hoje notavelmente enriquecidos, mas infelizmente por falta de meios, desorganizados e sem a necessária e devida arrumação. A simpática proposta, logo a seguir transformada em Campanha — e designadamente pela CAMPANHA DOS 20, foi já anunciada a páginas 14 do número anterior de «OLISIPO» e referida na última Circular.

Lisboa, 30 de Abril de 1956

Ex.^{ma} Junta Directiva do Grupo «Amigos de Lisboa»

Ex.^{mos} Srs.

A propósito do nosso 20.º aniversário, os abaixo assinados, propõem-se promover — «A CAMPANHA DOS 20» — que seria, ao terminar a quadra das comemorações do nosso 20.º aniversário, cada sócio oferecer como brinde de aniversário VINTE ESCUDOS para se fazer face à remodelação da nossa Biblioteca e Arquivo.

Parece-nos uma atitude simpática, individualmente pouco onerosa e socialmente elegante.

A Ex.^{ma} Câmara Municipal de Lisboa concedeu ao Grupo a Medalha de Ouro da Cidade; as Casas Regionais de Lisboa ofereceram-nos um pergaminho e um objecto de arte de prata com a sua amável visita; numerosas colectividades e personalidades nos saudaram, nós daríamos uns aos outros, além dos parabens pelo

aniversário, as congratulações pelas distinções recebidas e ao GRUPO ofereceríamos uma modesta contribuição individual, no conjunto, valiosa, para um fim útil e cultural, pois visa a tornar consultável a nossa — já hoje — notável e valiosa Biblioteca.

É o que se pede e sugere

A BEM DE LISBOA

Em resultado desta solicitação subscreveram-se com as importâncias abaixo consignadas, os sócios seguintes:

Com 200\$00, o sócio n.º 40; com 100\$00, os sócios n.ºs 62, 1617 e 133; com 60\$00, o sócio n.º 1250; com 50\$00, o sócio n.º 2.702; e com 20\$00, os sócios n.ºs 27, 35, 46, 67, 86, 154, 172, 200, 235, 259, 275, 292, 375, 410, 417, 450, 458, 506, 594, 676, 779, 991, 1077, 1119, 1216, 1260, 1324, 1601, 1717, 1718, 1775, 1981 e sua irmã, 2013, 2044, 2101, 2166, 2224, 2235, 2368, 2442, 2446, 2466, 2649, 2654, 2684, 2748, 2789, 2838, 2868, 2888, 2909, 2930, 2937, 2947 e 3015.

Com estas importâncias, que nesta data totalizaram Esc. 1.730\$00 (mil setecentos e trinta escudos). foi já adquirida uma nova estante para a nossa Biblioteca. A TODOS MUITO SE AGRADECE.

NOTA — Além das ofertas referidas acima, há a acrescentar a oferta de a colecção completa da 2.ª edição de LISBOA ANTIGA — Bairro Alto — por Júlio de Castilho, Lisboa 1902/4, 5 volumes encadernados, pelo sócio n.º 84, Sr. Teodoro Lopes Ramos, desenho aguarelado do século XVII, representando o proscénio do Teatro Romano de S. Mamede ao Caldas, oferta do sócio n.º 35, Sr. Gustavo de Matos Sequeira e uma tabuleta para a entrada da sede, pelo sócio n.º 2895, Sr Manuel da Costa.

Pérola do Rossio

L i m i t a d a

Casa especializada em Chá, Café, Bolachas, Bombons e Chocolates

Envio de encomendas

para

Todo o País e Estrangeiro

Rossio, 105 • Lisboa • Telef. 20744

LIVROS

EDIÇÕES DO GRUPO E DOS SÓCIOS



VÁRIA

PREÇOS
Sócios Público

Evocação do Café Martinho	esgotado	
Noite de evocação do Leão de Ouro	13\$50	15\$00
Urbanização de Lisboa	4\$50	5\$00
Lisboa de ontem e de hoje do Sr. Rocha Martins	esgotado	
A Cor de Lisboa	13\$50	15\$00
Olisipos (alguns números esgotados) cada	18\$00	20\$00
Evocação do Café-Restaurante Tavares	4\$00	5\$00
Jantar de Confraternização na Casa do Leão	4\$00	5\$00
Estrada de Sacavém	27\$00	30\$00

A. VIEIRA DA SILVA

O Castelo de S. Jorge	13\$50	15\$00
A Ponte de Alcântara	13\$50	15\$00
Os Paços dos Duques de Bragança em Lisboa	13\$50	15\$00
Fantasia sobre a origem do nome de Lisboa	13\$50	15\$00

ALFREDO DA CUNHA

Olisipo berço do periodismo português	13\$50	15\$00
--	--------	--------

ANTÓNIO RIBEIRO DA SILVA E SOUSA

A Igreja e o Sítio de Santo Estêvão	13\$50	15\$00
O Campo de Santa Clara	13\$50	15\$00
Ronda e Silva de Lisboa Velha	9\$00	10\$00
Bagatelas de tempo vário	9\$00	10\$00

AUGUSTO CASIMIRO

Lisboa Mourisca	18\$00	20\$00
------------------------	--------	--------

EDUARDO NEVES

Ruínas do Carmo	esgotado	
Igreja da Penha de França	>	
Faculdade de Medicina	>	
Lisboa nos Ex-Libris	>	
Lisboa na Numismática e na Medalhística	>	
O Convento dos Barbadinhos Italianos	>	
Do Sítio do Intendente	>	
Lisboetas na Índia e Luso-Indianos em Lisboa	>	

Alocuções	13\$50	15\$00
Homenagem a Matos Sequeira... ..	13\$50	15\$00
Um Arcebispo-Primaz natural de Lisboa	13\$50	15\$00

F. A. GARCEZ TEIXEIRA

A Irmandade de S. Lucas	9\$00	10\$00
--------------------------------	-------	--------

FERREIRA DE ANDRADE

Relação das casas foreiras... ..	22\$50	25\$00
O Senado da Câmara e a Guerra Civil	27\$00	30\$00
Três Touradas no Terreiro do Paço	13\$50	15\$00
Palácios Reais de Lisboa	45\$00	50\$00
Do Convento de N. Senhora de Jesus	esgotado	
Guia do Olisipo n.º 1 a 10 cada	7\$50	8\$00
» » n.º 11 cada	9\$00	10\$00
Visite Lisboa	64\$00	70\$00
Vinte e cinco anos na vida duma capital	54\$00	60\$00
Portugal País de Turismo, 2.º, 3.º e 4.º vols. cada	135\$00	150\$00

FRANCISCO CORDEIRO BLANCO

Alguns desenhos inéditos de Lisboa do fim do Século XVIII	13\$50	15\$00
--	--------	--------

GILBERTO MONTEIRO

Esboço histórico do Hospital de Belém	18\$00	20\$00
--	--------	--------

GUSTAVO DE MATOS SEQUEIRA

Auto de S. João	9\$00	10\$00
Lisboa (Comédia)	18\$00	20\$00

HENRIQUE DE CAMPOS FERREIRA LIMA

Casas onde em Lisboa residiu Almeida Garrett... ..	esgotado	
--	----------	--

HENRIQUE LINHARES DE LIMA

Vultos e sombras medievais	45\$00	50\$00
-----------------------------------	--------	--------

HUGO RAPOSO

Primeiro circuito da Lisboa Moderna em transporte colectivo	9\$00	10\$00
--	-------	--------

J. S. VIEIRA

O Convento dos Marianos	esgotado	
--------------------------------	----------	--

JOAQUIM ROQUE DA FONSECA

A Urbanização de Lisboa	13\$50	15\$00
--------------------------------	--------	--------

JOSÉ SEBASTIÃO SALDANHA OLIVEIRA E DAUN

Relação histórica (resumida) das cavalhadas do Terreiro Real que se fez na Corte da cidade de Lisboa em 1795	esgotado	
--	----------	--

JULIETA FERRÃO		
Lisboa 1870		esgotado
LUÍS MOITA		
A Ermida de Santo Amaro... ..		esgotado
LUIZ PASTOR DE MACEDO		
A Baixa Pombalina	6\$70	7\$50
A Rua das Canastras	7\$20	8\$00
Críticas, Corecções e aditamentos à «Lisboa de ontem e de Hoje» do Sr. Paulo Freire	9\$00	10\$00
Notícias e registos curiosos extraídos dos livros paroquiais da Freguesia da Sé	9\$00	10\$00
Ascendentes de Camilo	13\$50	15\$00
LUÍS TEIXEIRA		
O «Diário de Notícias» no Século XIX	4\$50	5\$00
LUÍS TRINDADE		
Janelas de Alfama	18\$00	20\$00
MANUEL VICENTE MOREIRA		
Jardins de Lisboa e Porto		esgotado
O Problema da Habitação	27\$00	30\$00
MÁRIO COSTA		
Da Rua Nova à Rua dos Capelistas	18\$00	20\$00
Festas do Casamento da Infanta D. Catarina de Bragança com Carlos II de Inglaterra	9\$00	10\$00
MÁRIO SAMPAIO RIBEIRO		
Igreja da Conceição Velha... ..		esgotado
A Igreja e o Convento da Graça		»
Do Sítio do Restelo e das suas Igrejas de St. ^a Maria de Belém Calçada da Ajuda	45\$00	50\$00
		esgotado
NORBERTO DE ARAÚJO		
Pequena Monografia a S. Vicente	9\$00	10\$00
ROBERTO DIAS COSTA		
A Paroquia de S. Jorge de Arroios		esgotado
RUY DE ANDRADE		
Como o artista Alfredo de Andrade encarava alguns problemas da edilícia citadina	9\$00	10\$00
RUY DIQUE TRAVASSOS VALDEZ		
Subsídios para Heráldica Tumular Moderna Olisiponense... ..	45\$00	50\$00
TINOP		
Lisboa de Outrora, 1.º, 2.º e 3.º vols.... ..	cada	13\$50 15\$00

COMPRAMOS

LIVROS DE BONS AUTORES

Grandes e pequenas quantidades

LIVRARIA GARRETT • Rua Garrett, 36 — LISBOA

**Casa
Maciel,
Lda.**



Premiado nas exposições de Rio de Janeiro 1922, Barcelona 1929, e Industrial Portuguesa

*FABRICANTE DE
LANTERNAS
em todos os estilos*

Sortido completo em louças, folha de Flandres, ferro esmaltado, alumínio, Porcelanas, vidros e artigos de ménage

Tel. 2 24 51
63, Rua da Misericórdia, 65 — LISBOA

*Completamente
Remodelada*

Reabriu de novo, para bem servir a sua numerosa clientela, com um sortido completo de

Pincéis, telas, e tintas de óleo, para aguarela, desenho e guaches das marcas

*LEFRANC, WINDSOR, PELIKAN
SCHMINCKE, etc.*

a

Papelaria Camões

de

Augusto Rodrigues & Brito, Lda.

Tel. 2 30 63
42, Praça Luís de Camões, 43 — Lisboa

Restaurante
TAVARES

O mais Antigo, Tradicional e
Luxuoso Restaurante de Lisboa

R. da Misericórdia, 35-39
Tel. 2 11 11 / 2 — LISBOA



GAIVOTAS, LDA.

FÁBRICA DE VIDROS E CRISTAIS

Fundada em 1811

Telefs. 6631 77/78

Especializada em todo o género de vidraria para iluminação, frascaria para perfumaria e laboratórios e artigos domésticos

A alta qualidade do seu fabrico corresponde a preferência dada aos seus produtos por uma vasta Clientela da Metrópole, Ultramar e Estrangeiro

Fábrica: RUA DAS GAIVOTAS, N.ºs 14 a 24

Escritório: RUA DAS GAIVOTAS, N.º 20-C 1.º

Casa de venda ao público: RUA DAS GAIVOTAS, N.ºs 14 a 24

LISBOA

Angelo G. Ramalheira

ENGENHEIRO CIVIL

Construções

Projectos de Estabilidade

Betão Armado

Avenida Sidónio Pais, 14, r/c.-E. - Tel. 493 13

LISBOA

Praça D. Filipa de Lencastre, 22, 6.º - Tel. 262 51

PORTO

Todos os tabacos da

Companhia Portuguesa de Tabacos

INVICTA - VIC - TIP TOP - SPORTING - TAGUS

PROVISÓRIOS - AVIZ - FRANCÊS - SUPERIOR

são fabricados pelos processos mais modernos, com tabacos escolhidos das melhores procedências

P A P E L A R I A C A R L O S

Rua do Ouro, 34, 38
Telef. 2 0 2 4 4
Teleg. PAPELCAR
L I S B O A

CARLOS FERREIRA, LDA.

Especialidade em livros para
ESCRITURAÇÃO COMERCIAL
Grande sortido de artigos para
DESENHO E ESCRITÓRIO

A LEGAL & GENERAL

agradece aos
«AMIGOS DE LISBOA»
a preferência que lhe têm
dado, para os seus
contratos de seguros

Capital e Reservas :

220 MILHÕES DE LIBRAS

CORRESPONDENTE :

Rua da Madalena, 80, 1.º — LISBOA

C A M I L O
C A S T E L O
B R A N C O



O mais apreciado e o mais português de todos os romancistas

Edição popular das suas principais obras em

3 0 V O L U M E S

CONHEÇA
LEIA
APRECIE
DIVULGUE

C A M I L O

Edições de

Parceria António Maria Pereira

RUA AUGUSTA, 44 A 54

Telef. 31730 : End. Teleg. PARCEPEREIRA

B. Dias & Dias, Limitada

com Oficina de
Torneiro de Metais

INSTALAÇÕES PARA ÁGUA
GÁS E ELECTRICIDADE

COLOCAÇÃO DE BOMBAS
E C O N S E R T O S

Retretes de luxo nacionais e estrangeiras. Autoclismos de vários sistemas. Lavatórios e banheiras de esmalte e zinco e esquentadores a gasolina e para gás. Candeieiros para gás, electricidade, petróleo, gasolina e gás acetilente. Camisas e chaminés de todas as qualidades. Campainhas, telefones, trinco eléctrico, motores de electricidade. Vende a melhor lâmpada económica Philips de filamento metálico e Nitra. Lava louças e todos os artigos referentes a folha branca. Fazem-se todos os trabalhos pertencentes à sua indústria.

11-F, Rua Nova da Tindade, 11-F
L I S B O A

Telef. 2 2 6 4 8

OS
«AMIGOS DE LISBOA»

preferem, para os seus seguros, a

IMPÉRIO

Uma
COMPANHIA DE SEGUROS
que honra Lisboa

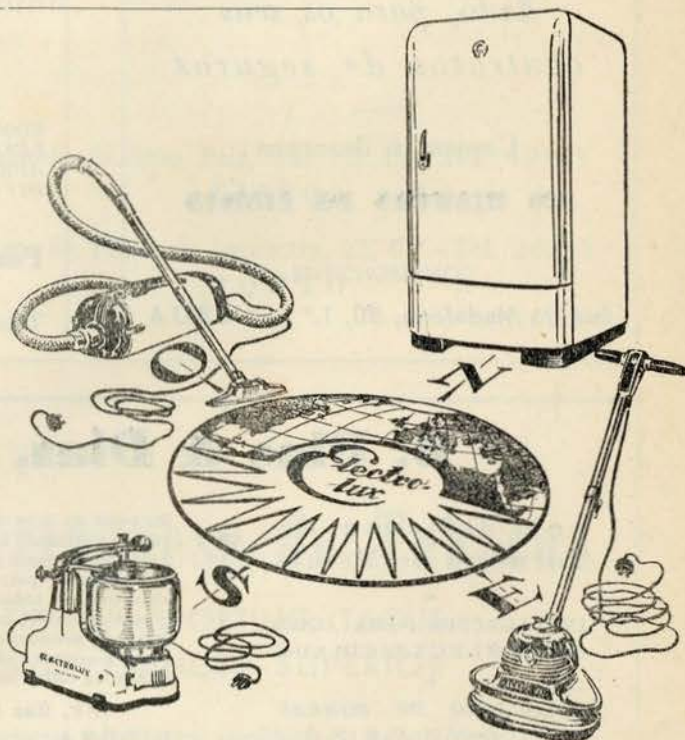
**Para qualquer lado
que se volte en-
contrará sempre
Um aparelho**

ELECTROLUX

ELECTROLUX, LDA.

LISBOA

Rua Pascoal de Melo, 7
R. 1.º de Dezembro, 210-B



Telefs. : 5 61 15 - 2 82 46

CLUBE NAVAL DE LISBOA

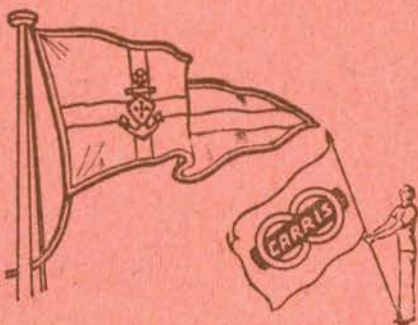
SESSENTA e quatro anos de actividade ao serviço dos Desportos Náuticos conta o Clube Naval de Lisboa, fundado em 18 de Novembro de 1891.

Sempre orientado pelos mais nobres princípios humanos e sociais, este Clube adquiriu, logo que se fundou, o barco salva-vidas «Dona Amélia», criando um posto de socorros a náfragos que depressa se tornaria famoso, e seria o precursor das modernas instituições deste género.

Conta o Clube Naval de Lisboa apenas com cerca de mil e quinhentos dedicadíssimos associados, mas tudo leva a crer que, com a nova sede já projectada e a aquisição de novas unidades, este número aumente cada vez mais.

Entre os muitos títulos conquistados pelo glorioso Clube do Cais do Gás contam-se: a Taça Vasco da Gama, em 1898; a Taça Herédia, em 1918; o Campeonato de «water-polo», em 1916; a travessia do Tejo, em 1916; além de muitos outros troféus e taças correspondentes a vinte e quatro campeonatos regionais de remo.

Espera o Clube Naval de Lisboa que o seu passado valoroso, ao serviço de uma causa tão nobre como são os Desportos Náuticos lhe sirva de credencial para merecer as necessárias facilidades que lhe permitam singrar para um futuro melhor, tudo levando a crer que assim acontecerá, para bem do Desporto e glória de uma prestigiosa instituição que nunca desmereceu os que nela confiaram.



SENA SUGAR ESTATES, LTD.

Plantações e Fábricas de Açúcar em

LUABO

e

MARROMEU

PROVÍNCIA DE MOÇAMBIQUE

NA LISBOA
DE ONTEM



E

NA LISBOA
DE HOJE



COMO, AFINAL, EM QUALQUER PARTE,
CONTRA A TOSSE:

BENZO-DIACO!